



Estudo sobre o Mercado de
Delhi Mumbai Goa



From Experience to Intelligence

FICHA TÉCNICA

Título

Estudo sobre o Mercado de Delhi, Mumbai e Goa

Data

Fevereiro 2014

Promotor

Associação Industrial Portuguesa - Feiras, Congressos e Eventos

Autoria

CESO Development Consultants

Coordenação Técnica

Rui Miguel Santos (com a colaboração de Susana Sarmento)



ÍNDICE

01	Perfil Sócio-Económico e Demográfico	6
	Delhi	
1.1.1	Localização	8
1.1.2	Organização Administrativa	9
1.1.3	População	10
1.1.4	Economia	12
	Mumbai	
1.2.1	Localização	16
1.2.2	Organização Administrativa	17
1.2.3	População	18
1.2.4	Economia	20
	Goa	
1.3.1	Localização	26
1.3.2	Organização Administrativa	26
1.3.3	População	27
1.3.4	Economia	30
02	Relações Económicas Portugal-India	34
2.1	Exportações Portuguesas	38
2.2	Importações da India	44
03	Exportar e Investir	48
3.1	Regime de Importação	50
3.2	Investimento Estrangeiro	56
04	Ambiente de Negócios	60
05	Business Intelligence	76
5.1	Delhi	79
5.2	Mumbai	82
5.3	O Corredor de Desenvolvimento Industrial Delhi - Mumbai	86
5.4	Goa	90
06	Parceria para África	94
6.1	Cooperação Económica	98
6.1.1	Sector Agrícola	98
6.1.2	Comércio, Indústria e Investimento	99
6.1.3	Pequenas e Médias-Empresas	100
6.1.4	Sector Financeiro	101
6.1.5	Integração Regional	102
6.2	Cooperação Política	104
6.3	Cooperação no Domínio da Ciência, Tecnologia e I&D	105
6.4	Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social e Capacitação	106
6.5	Cooperação do Domínio da Saúde, Cultura e Desporto	107
6.6	Cooperação no Domínio do Turismo	108
6.7	Cooperação no Domínio das Infraestruturas, Energia e Ambiente	108
6.8	Cooperação no Domínio da Comunicação Social	109
07	Potencialidades de Expansão das Exportações de Produtos Portugueses	110
7.1	Metodologia para Selecção dos Produtos	112
7.2	Perfil dos Produtos Seleccionados	115
7.3	Análise da Concorrência Geográfica	120



01

Perfil Sócio-Económico
e Demográfico

DELHI

1.1.1 Localização

Delhi está localizada no Norte da Índia. Faz fronteira com os Estados de Haaryana a Norte, Oeste e Sul e com Uttar Pradesh a Leste. As duas principais características geográficas de Delhi são planícies inundáveis do Yamuna e o cume de Delhi. As planícies do Yamuna oferecem solos particularmente férteis embora assolados por cheias recorrentes. O cume de Delhi é originado pela cordilheira do Aravalli no Sul, atingindo uma dimensão de 318 metros.

A NCT (National Capital Territory of Delhi) cobre uma área de 1.484 Km², dos quais 783 km² correspondem a áreas de ocupação rural e 700 km² de ocupação urbana, transformando Delhi na maior cidade do país em termos de área ocupada. O perímetro urbano ocupa por 51,9 Km de comprimentos e 48,48 km de largura.

Delhi era uma das dez cidades mais poluídas do mundo durante a década de 90, sendo 70% das emissões poluentes geradas por veículos automóveis.

Em 1996 o Governo ordenou a conversão da frota de autocarros e taxis de Delhi ao gás natural comprimido e banuiu os veículos movidos a gasolina com chumbo. Em 2003, o Departamento de Energia dos EUA atribuiu a Delhi o primeiro prémio “Clean Cities International Partner of the Year”, reconhecendo os esforços da cidade no combate à poluição atmosférica e o apoio à utilização de combustíveis alternativos.

Delhi localiza-se numa zona de actividade sísmica sujeita a fortes terremotos, sendo que, felizmente, os mesmos não têm sido comuns na história recente.

Delhi apresenta um clima subtropical húmido. A época quente prolonga-se de 9 de Abril a 8 de Julho, com temperaturas médias acima dos 36°. A época fria prolonga-se entre 11 de Dezembro e 11 de Fevereiro, com uma temperatura média inferior a 23°.

1.1.2 Organização Administrativa

A NCT é um território da união que dispõe de um estatuto especial. A NCT compreende 11 distritos (desde 2012, anteriormente a divisão contemplava somente 9 distritos), 27 Tehsils, 59 cidades, 300 vilas e três administrações municipais:

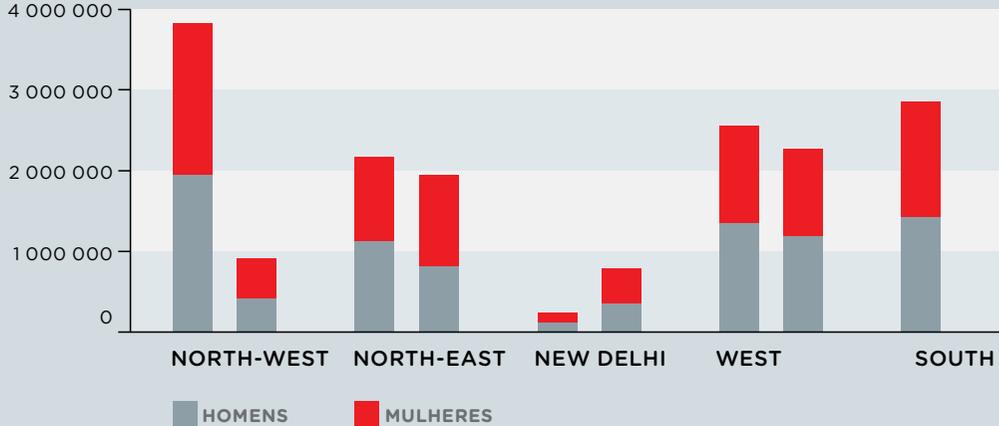
Municipal Corporation of Delhi (MCD), com 1.397 km²;

New Delhi Municipal Council (NDMC), 42,7 Km²;

Delhi Cantonment Board (DCB), 43 km².



NOVA DELHI | POPULAÇÃO POR DISTRITO



DISTRITO	SUBDIVISÕES
NEW DELHI	Chankya Puri Delhi Cantonment Vasant Vihar
NORTH	Model Town Narela Alipur
NORTH-WEST	Rohini Kanjhawala Sraswati Vihar
WEST	Punjab Bagh Patel Nagar Rajouri Garden
SOUTH-WEST	Dwarka Najafgarh Kapashera
SOUTH	Saket Hauz Khas Mehrauli

DISTRITO	SUBDIVISÕES
SOUTH	Saket Hauz Khas Mehrauli
CENTRAL	Civil Lines Kotwali Karol Bagh
NORTH-EAST	Seelampur Yamuna Vihar Karawal Nagar
SHAHDARA	Shahdara Seemapuri Vivek Vihar
EAST	Gandhi Nagar Preet Vihar Mayur Vihar

OS ONZE DISTRITOS CONTEMPLAM,
POR SEU TURNO, SUBDIVISÕES:

1.1.3 População

De acordo com o Censo de 2011, NCT de Delhi tem uma população de 16.753.235 habitantes. A densidade populacional ascende a 11.297 habitantes / km², com 886 mulheres por 1000 homens e uma taxa de alfabetização de 86,34%. Em 2015 Delhi deverá ser a 3 maior conurbação do mundo, atrás de Tóquio e Mombassa. Dwarka Sub City, a maior área residencial da Ásia, localiza-se na NCT de Delhi.

Na década compreendida entre 2001 e 2011 a população da NCT de Delhi cresceu aproximadamente 21%.

Se recuarmos a 1981, verificamos que a população quase triplicou, progresso extraordinário e alimentado pela aceleração do processo de urbanização que tem constituído traço distintivo do subcontinente. Atente-se que entre 2001 e 2011 a população urbana crescia 27%, ao passo que a população rural recuava cerca de 56%.



TABELA 1

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ENTRE 1961-2011

	1961	1971	1981	1991	2001	2011	2001-2011
População Total	2 658 612	4 065 698	6 220 406	9 420 644	13 850 507	16 753 235	
População Rural	-	-	-	-	944 727	419 319	-55,61%
População Urbana	-	-	-	-	12 905 780	16 333 916	26,56%
% Taxa de Crescimento População Total		52,93%	53,00%	51,45%	47,02%	20,96%	

Fonte: Senso da Índia



No que toca à distribuição por distrito, o North West reúne 22% da população total, sendo que os distritos de Nova Delhi e Central representam, em conjunto, pouco mais de 5%. O distrito com maior crescimento na década 2001-2011 foi o South West, no qual se localiza a Dwarka Sub City, conforme já referido, a maior área residencial da Ásia.

Numa tendência que é comum aos grandes centros urbanos, de destacar a progressiva desertificação dos distritos do centro de Delhi, a perderem entre 10% e 20% da sua população da última década.

O alargamento do número de distritos que integram a NCT de Delhi teve lugar em 2012, razão pela qual os dados do censo 2011 ainda se reportam a nove distritos.

TABELA 2

POPULAÇÃO POR DISTRITO EM 2011

	Nº de Fogos	Total Popul.	% Total	Homens	Mulheres	Crescimento 91-01
North West	736 253	3 656 539	21,8%	1 960 922	1 695 617	27,08%
North	180 044	887 978	5,3%	475 002	412 976	13,06%
North East	406 125	2 241 624	13,4%	1 188 425	1 053 199	26,80%
East	358 937	1 709 346	10,2%	907 500	801 846	16,80%
Nova Delhi	33 208	142 004	0,8%	77 942	64 062	-20,70%
Central	119 639	582 320	3,5%	307 821	274 499	-9,90%
West	533 221	2 543 243	15,1%	1 356 240	1 187 003	19,50%
South West	494 439	2 292 958	13,7%	1 246 046	1 046 912	30,60%
South	574 133	2 731 929	16,3%	1 467 428	1 264 501	20,50%
Total Estado	3 435 999	16 787 941	100%	8 987 326	7 800 615	21,20%

1.1.4 Economia

O PIB Estatal Liquido, em termos reais e tomando 2004-2005 como ano base, no qual se elevou 94.717 crore (no sistema numérico indiano 1 crore = 10.000.000; 1 lakh = 100.000), aproximadamente € 11.000.000.000, deverá, segundo as estimativas, ter duplicado em 2011-2012, passando para 190.800 crore. A Banca e Seguros representaram, em 2011-2012, aproximadamente metade do PIB do Território, sendo o Comércio, Hotelaria e Restauração o segundo sector mais dinâmico.

O PIB do Território tem crescido a ritmos próximos dos 10%, com as previsões a apontarem para crescimentos da ordem dos 9% entre 2010 e 2012. A Banca e os Seguros têm constituído a alavanca deste crescimento, aportando os Transportes e Logística um contributo também significativo.

CONFORME SERIA DE ESPERAR, O SECTOR TERCIÁRIO REGISTA OS NÍVEIS MAIS INTERESSANTES DE CRESCIMENTO, COM EVOLUÇÕES SUPERIORES A DOIS DÍGITOS.

PIB NCT Delhi Liquido 2011-2012 (Estimativa - Preços Constrantes 2004-2005)

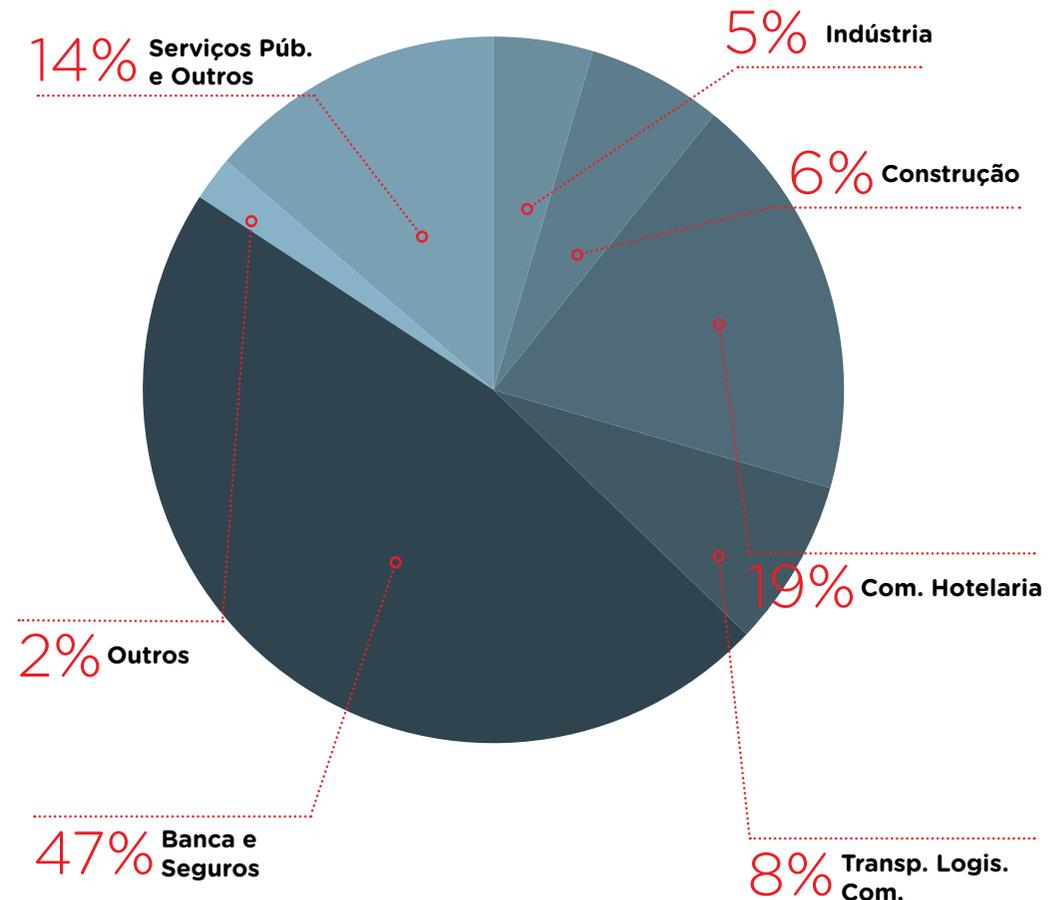


TABELA 3
 PIB ESTATAL LIQUIDO POR ACTIVIDADE
 ECONÓMICA, A PREÇOS CONSTANTES
 (2004-2005; EM 100.000 - LAKH - RS.)

	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011 Dados Provisórios	2011- 2012 Estimativas
Agricultura, Silvicultura e Pesca	108 064	104 297	105 422	102 271	101 494	129 000	138 128	141 460
Extração Mineira	378	0	0	0	0	0	0	0
Sub-Total Sector Primário	108 442	104 297	105 422	102 271	101 494	129 000	138 128	141 460
Indústria	637 193	693 608	743 295	832 618	795 121	816 978	867 120	874 479
Electricidade, Gás e Água	63 900	60 875	82 533	41 004	142 233	175 371	210 647	247 562
Construção	937 605	979 480	1 010 820	1 013 581	1 033 444	1 053 988	1 099 365	1 188 930
Sub-Total Sector Secundário	1 638 698	1 733 963	1 836 648	1 887 203	1 970 798	2 046 337	2 177 132	2 310 971
Comércio, Hotelaria e Restauração	2 085 755	2 408 378	2 642 940	3 010 844	2 976 844	3 013 916	3 282 596	3 561 528
Transporte, Logística e Comunicações	812 586	808 870	942 903	1 055 992	1 194 312	1 282 807	1 423 612	1 464 380
Banca, Seguros, Imobiliário	3 467 244	3 922 358	4 671 739	5 434 030	6 216 360	7 192 263	8 027 013	8 973 439
Serviços Públicos e Outros Serviços	1 358 961	1 469 475	1 544 762	1 577 964	2 236 315	2 360 176	2 436 949	2 628 220
Sub-Total Sector Secundário	7 724 546	8 609 081	9 802 344	11 0780 830	12 623 831	13 849 162	15 170 170	16 627 567
PIB Estatal	9 471 686	10 447 341	11 744 414	13 068 304	14 696 123	16 024 499	17 485 430	19 079 998
	1€ =	84,51 RS						

Fonte: Fonte: Socio-Economic Profile of NCT Delhi - 2012/2013, Planning Department Government of NCT Delhi

1.1.4 Economia

É importante assinalar o crescimento do segmento “Electricidade, Água e Gás” que denota o forte investimento na melhoria das infra-estruturas e na melhoria das condições de vida da população, prioridade política claramente assumida.

A Indústria, tal como a Construção, tiveram ao longo dos últimos anos uma evolução algo errática, oscilando entre períodos de crescimento e contracção.

TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DOS PRINCIPAIS SECTORES DE ACTIVIDADE DA ECONOMIA DE NCT DELHI

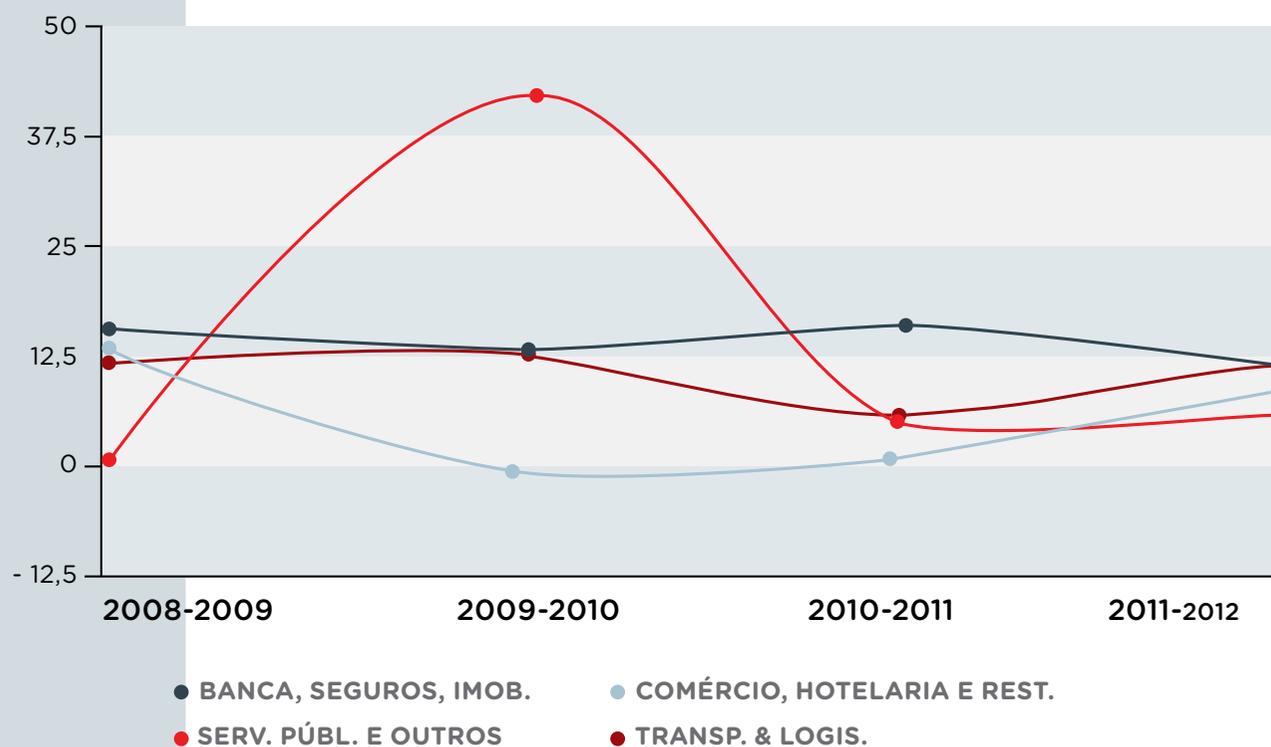


TABELA 4
 PIB ESTATAL LIQUIDO POR ACTIVIDADE
 ECONÓMICA, A PREÇOS CONSTANTES
 (2004-2005; EM 100.000 - LAKH - RS.)

	2004- 2005	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011 Dados Provisórios	2010- 2011 Estimativas
Agricultura, Silvicultura e Pesca	100	-3%	1%	-3%	-1%	27%	7%
Extração Mineira	100	-%	-%	-%	-%	-%	-%
Sub-Total Sector Primário	100	-4%	1%	-3%	-1%	27%	7%
Indústria	100	9%	7%	12%	-5%	3%	6%
Electricidade, Gás e Água	100	-5%	36%	-50%	247%	23%	20%
Construção	100	4%	3%	0%	2%	2%	4%
Sub-Total Sector Secundário	100	6%	6%	3%	4%	4%	6%
Comércio, Hotelaria e Restauração	100	15%	10%	14%	-1%	1%	9%
Transporte, Logística e Comunicações	100	-0%	17%	12%	13%	7%	11%
Banca, Seguros, Imobiliário	100	13%	19%	16%	14%	16%	12%
Serviços Públicos e Outros Serviços	100	8%	5%	2%	42%	6%	3%
Sub-Total Sector Secundário	100	11%	14%	13%	14%	10%	10%
PIB Estatal	100	10%	12%	11%	12%	9%	9%

Fonte: Fonte: Socio-Economic Profile of NCT Delhi - 2012/2013, Planning Department Government of NCT Delhi

MUMBAI

1.2.1 Localização

Mumbai, também conhecida pela sua anterior designação, Bombaim, é a capital do Estado de Maharashtra, o segundo mais populoso da Índia a seguir a Uttar Pradesh e o terceiro com a maior área. É o Estado mais rico do país, contribuindo com aproximadamente 15% da produção industrial e 13% do PIB.

Mumbai está rodeada pelo mar Arábico a Oeste, estando parte significativa da cidade poucos metros acima do nível do mar (14 metros de elevação média).

A ÁREA TOTAL DE MUMBAI ASCENDA
A 603,4 KM², LOCALIZANDO-SE JUNTO
AO RIO ULHAS, NA COSTA OCIDENTAL DA ÍNDIA.

Mumbai insere-se numa região de clima tropical, com sete meses de seca e um pico de pluviosidade em Julho. A época mais fresca prolonga-se de Dezembro a Fevereiro, a que se segue o Verão, entre Março e Junho.

O período de Junho a Setembro constitui a época das monções, sendo Outubro e Novembro a época pós-monção. A temperatura média anual é de 27º, com níveis médios anuais de pluviosidade de 2.167 milímetros.

Mumbai está intimamente relacionada com a história do império Português do Oriente. Em 1534, no quadro do Tratado de Bassein, sete ilhas de Bombaim passaram para domínio português, recebendo diferentes designações que, ao longo do tempo, acabaram por confluir para a expressão Bombaim.

1.2.2 Organização Administrativa

Mumbai, estendendo-se de Colaba a Sul, a Mulund e Dahisar a Norte e Mankhurd a Leste é administrada pela **Municipal Corporation of Greater Mumbai (MCGM)** que assegura a gestão das necessidades civis e infra-estruturais da cidade.

O Conselheiro Municipal lidera a função executiva da MCGM, sendo um alto funcionário do Indian Administrative Service (IAS) nomeado pelo Governo Estadual.

Apesar da responsabilidade pela definição de políticas de governação da cidade caber à MCGM, compete ao conselheiro assegurar a sua implementação.

Mumbai integra duas regiões distintas: o Distrito de Mumbai City e o Distrito Suburbano de Mumbai.

Estas duas regiões são, por vezes, identificadas como Island City e South Mumbai. O Supremo Tribunal de Mumbai exerce jurisdição sobre os Estados de Maharashtra e Goa e os Territórios de Damão e Diu e Dadra e Nagar Haveli.



1.2.3 População

De acordo com censo de 2011, a população de Mumbai ascende a 12.479.608 habitantes, representando, aproximadamente, 10% da população da província de Maharashtra. A densidade populacional ascende a 20.482 pessoas por Km². Ainda de acordo com o censo de 2011 a população sob jurisdição da MCGM tem uma taxa de literacia de 95%, acima da média nacional (87%). 62% da população vive em bairros-de-lata.

A totalidade da população de Mumbai é urbana, com total despovoamento de zonas que, há algumas décadas atrás, concentravam bolsas de população rural.

TABELA 5
DISTRIBUIÇÃO POR GÉNERO
DA POPULAÇÃO NOS DISTRITOS DE MUMBAI



EXISTEM 838 MULHERES
POR MIL HOMENS EM MUMBAI CITY
E 857 NO DISTRITO SUBURBANO.

	Total	Homens	Mulheres	Crescimento 01-11
Mumbai City	3 085 411	1 684 608	1 400 803	-8,19%
Distrito Suburbano	9 356 962	5 031 323	4 325 639	7,66%
Total Estado	12 442 373	6 715 931	5 726 442	963,64%

TABELA 6
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO
ENTRE 1971-2011

	1971	1981	1991	2001	2011	1991 - 2011
População Total	5 970 575	8 243 405	9 925 891	11 978 450	12 442 373	
% Taxa de Crescimento População Total	-%	38,07%	20,41%	20,68%	3,87%	25,35%

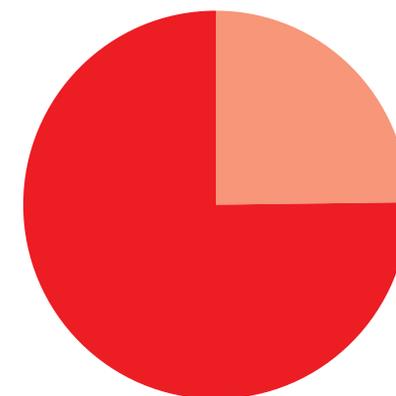
Fonte: Fonte: Censo da Índia

Projeções apontam para que em 2020 Mumbai conte com 6,6 milhões de fogos. A percentagem de fogos com rendimentos na ordem dos 2 milhões de rupias (23.500 €) aumentará de 4% (em 2008) para 10% (em 2020, segundo estimativas oficiais). A percentagem de famílias com rendimentos entre 1-2 milhões de rufias (11.750 € - 23.500 €) subirá, também e durante o mesmo período, de 4% para 15%.

O ritmo de crescimento da população abrandou sensivelmente na última década, após períodos sucessivos com taxas de crescimento acima dos 20%. Era, assim, inevitável uma estabilização do crescimento demográfico num perímetro urbano cujo potencial de crescimento está virtualmente esgotado.

Três quartos da população concentra-se no distrito suburbano, cuja dimensão se aproxima do total da população de Portugal.

MUMBAI
DISTRIBUIÇÃO
DA POPULAÇÃO
POR DISTRITO



75% DISTRITO SUBURBANO

25% MUMBAI CITY

1.2.4 Economia

Mumbai é o coração económico e financeiro da Índia. A estrutura da economia de Mumbai condensa, de certa forma, o caleidoscópio Indiano de prosperidade e progresso tecnológico mesclado com pobreza e subdesenvolvimento. Na mesma cidade que acolhe a sede da Comissão Indiana para a Energia Atómica, com os seus reactores nucleares e separadores de plutónio, coexistem vastas zonas que recorrem a fontes tradicionais de energia, tais como o esterco de vaca.

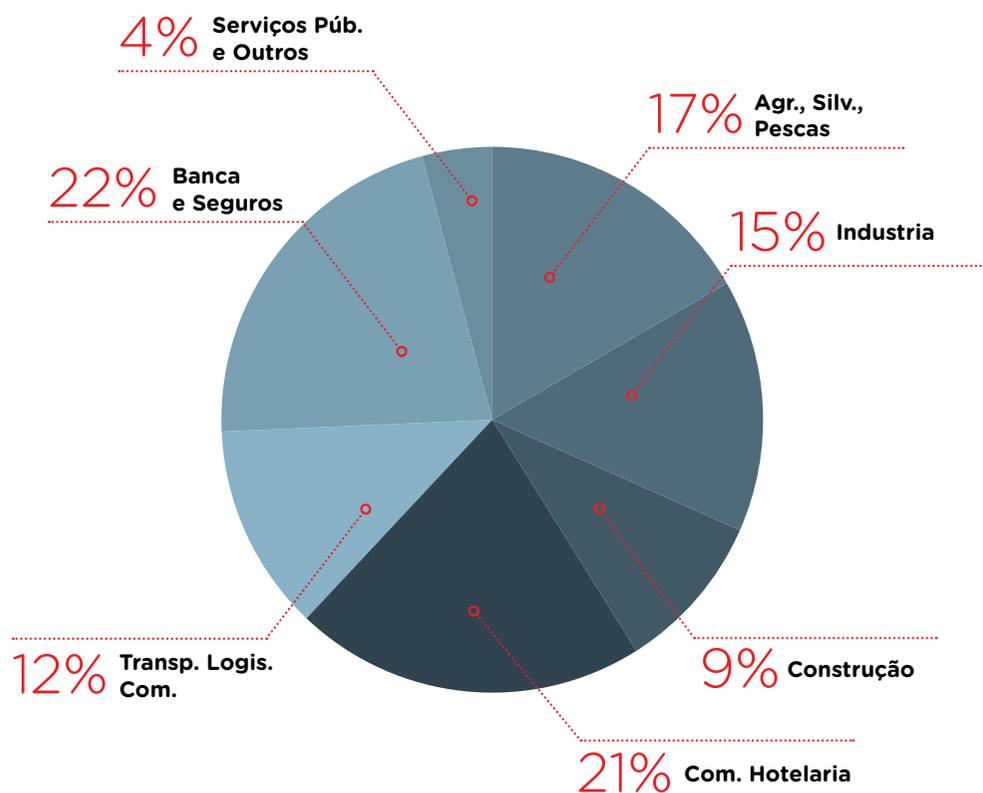
MUMBAI É UM DOS 10 MAIORES CENTROS DE NEGÓCIOS DO MUNDO EM TERMOS DE FLUXOS FINANCEIROS GLOBAIS.

A cidade representa 6% da economia do subcontinente, contribuindo com 10% do emprego industrial, 30% da tributação sobre rendimentos, 60% da receita aduaneira, 40% do comércio externo do país.

Mumbai é sede das mais importantes instituições financeiras do país, tais como a Bolsa de Valores de Mumbai, o Reserve Bank of India, Bolsa de Valores Nacional, bem como alguns dos principais conglomerados económicos da Índia, cujas sedes estão localizadas em South Mumbai, centro económico do país. Mumbai é a 29ª cidade em termos de dimensão do PIB, sendo o rendimento per capita da ordem dos \$ 2.845, segundo dados de 2010, reflectindo um crescimento de 17% face a 2008. Conforme já referido, as projecções do rendimento per capita no horizonte de 2020 apontam que Mumbai seja a cidade mais rica do Sul da Ásia.



PIB Mumbai Liquido 2011-2012 (Estimativa - Preços Constrantes 2004-2005)



Até à década de 80, a prosperidade de Mumbai assentou na indústria têxtil e no seu porto.

Actualmente, a dinâmica da economia de Mumbai assenta em sectores de elevado valor acrescentado tais como a engenharia, lapidação de diamantes, saúde e tecnologias de informação.

Sendo capital estadual, a funcionalismo público ocupa parte significativa da força de trabalho. Coexistindo com nichos altamente especializados, temos uma vasta maioria da população desprovida de qualificação profissional que vive de pequenos biscates. O porto e a actividade portuária, directa e indirectamente, também ocupam uma fatia importante da população activa.

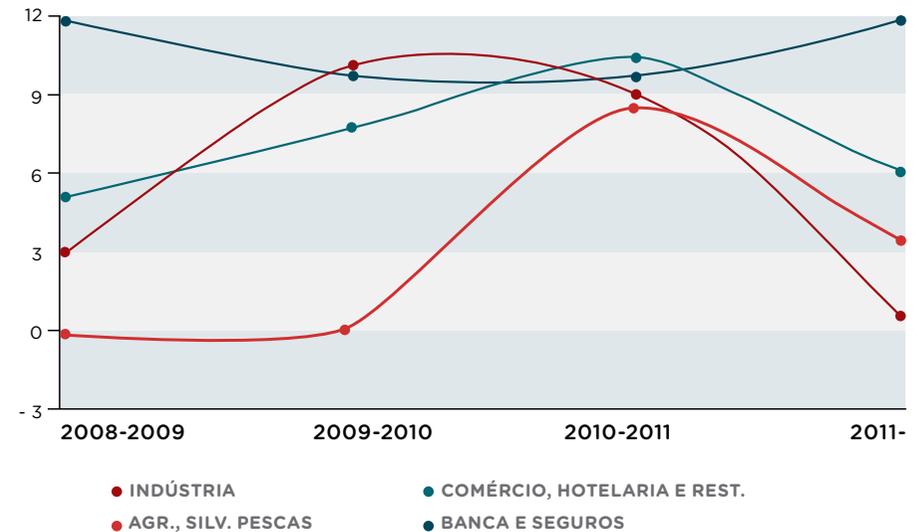
1.2.4 Economia

Mumbai é, também, a capital do entretenimento na Índia, sendo uma importante actividade geradora de emprego. A maioria das cadeias de televisão da Índia estão sediadas em Mumbai. A famosa Bollywood, indústria cinematográfica indiana que move centenas de milhões de fãs, localiza-se em Mumbai, que centraliza estúdios, produtoras, bem como as principais agências de publicidade do país.

Os três principais grupos económicos indianos Tata (\$ 100 biliões de receitas anuais), Reliance Industries (\$ 71, 3 biliões) e Aditya Birla Group (\$ 40 biliões) têm as suas sedes em Mumbai.

Com algum grau de segurança, podemos afirmar que o processo de desenvolvimento económico de Mumbai e a sua afirmação como um dos centros de decisão da economia global ainda está nas suas etapas iniciais.

TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DOS PRINCIPAIS SECTORES DE ACTIVIDADE DA ECONOMIA DE MUMBAI



O sistema nacional de planeamento e a produção técnica que lhe está subjacente, organiza-se, na Índia, em torno dos Estados. Assim, não existe uma análise do PIB da cidade de Mumbai, existindo, outrossim, dados sobre o Estado de Maharashtra.

O Produto Interno Bruto do Estado, a preços constantes 2004-2005, de acordo com as estimativas disponíveis, deverá crescer 7,1% em 2012-2013. O sector agrícola deverá registar um crescimento negativo da ordem dos 1,4%, ao passo que a indústria deverá evoluir favoravelmente a um ritmo de aproximadamente 7% e os serviços a um ritmo da ordem dos 8,5%.

TABELA 7
**PIB ESTATAL LIQUIDO A CUSTO DE FACTORES
 POR INDÚSTRIA DE ORIGEM, A PREÇOS
 CONSTANTES (2004-2005;
 EM 10.000.000 - CRORE - RS.)**

Sendo Mumbai a capital financeira da Índia e um dos grandes centros financeiros da Ásia, sem surpresa, o sector que mais contribui para o PIB Estadual é a Banca e Seguros (22% em 2011-2012). O Comércio, Hotelaria e Restauração têm, contudo, um peso relativo virtualmente idêntico (21%), seguindo-se a Agricultura, Silvicultura e Pescas (17%) e a Indústria (15%).

Nos últimos anos, o PIB Estadual tem crescido a um ritmo que oscila entre os 6% e os 8%, fortemente impulsionado pelo sector terciário que cresce sustentadamente a dois dígitos desde 2007, com previsão de um ligeiro abrandamento em 2011 e 2012.

	2004-2005	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011 Estimativas	2011-2012 Estimativas
Agricultura, Silvicultura e Pesca	527 289	575 930	608 195	605 309	606 173	652 194	676 702
Extração Mineira	70 464	73 982	74 945	74 299	74 831	80 261	77 702
Sub-Total Sector Primário	597 753	649 912	683 140	679 608	681 004	732 455	754 404
Indústria	346 495	438 549	481 847	495 909	552 552	603 222	608 327
Electricidade, Gás e Água	33 789	39 746	42 732	44 764	45 899	46 943	47 840
Construção	218 511	270 556	298 270	312 520	332 343	365 397	383 118
Sub-Total Sector Secundário	598 795	748 851	822 849	853 193	930 794	1 015 562	1 039 285
Comércio, Hotelaria e Restauração	464 750	578 366	636 267	670 729	722 606	803 971	851 369
Transporte, Logística e Comunicações	219 585	280 448	317 104	350 070	402 166	462 428	498 426
Banca, Seguros, Imobiliário	397 879	514 740	577 701	647 623	709 239	781 244	874 128
Serviços Públicos e Outros Serviços	372 811	406 348	431 947	488 549	548 356	569 291	601 196
Sub-Total Sector Secundário	1 455 025	1 779 902	1 963 019	2 156 971	2 382 367	2 616 934	2 825 119
PIB Estatal	2 651 573	3 178 665	3 469 008	3 689 772	3 994 165	4 364 951	4 618 808
	1€ =	84,51 Rs					

Fonte: Central Statistical Office, New Delhi

TABELA 8
 CRESCIMENTO ANUAL (%) PIB ESTATAL LIQUIDO A
 CUSTO DE FACTORES POR INDÚSTRIA DE ORIGEM,
 A PREÇOS CONSTANTES (2004-2005)

	2004- 2005	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011 Dados Provisórios	2011- 2012 Estimativas
Agricultura, Silvicultura e Pesca	100	9%	6%	-0,5%	0,1%	8%	4%
Extração Mineira	100	5%	1%	-0,9%	0,7%	7%	-3%
Sub-Total Sector Primário	100	9%	5%	-0,5%	0,2%	8%	3%
Indústria	100	27%	10%	3%	11%	9%	1%
Electricidade, Gás e Água	100	18%	8%	5%	3%	2%	2%
Construção	100	24%	10%	5%	6%	10%	5%
Sub-Total Sector Secundário	100	25%	10%	4%	9%	9%	2%
Comércio, Hotelaria e Restauração	100	24%	10%	5%	8%	11%	6%
Transporte, Logística e Comunicações	100	28%	13%	10%	15%	15%	8%
Banca, Seguros, Imobiliário	100	29%	12%	12%	10%	10%	12%
Serviços Públicos e Outros Serviços	100	9%	6%	13%	12%	4%	6%
Sub-Total Sector Secundário	100	22%	10%	10%	10%	10%	8%
PIB Estatal	100	20%	9%	6%	8%	9%	6%

Fonte: Central Statistical Office, New Delhi

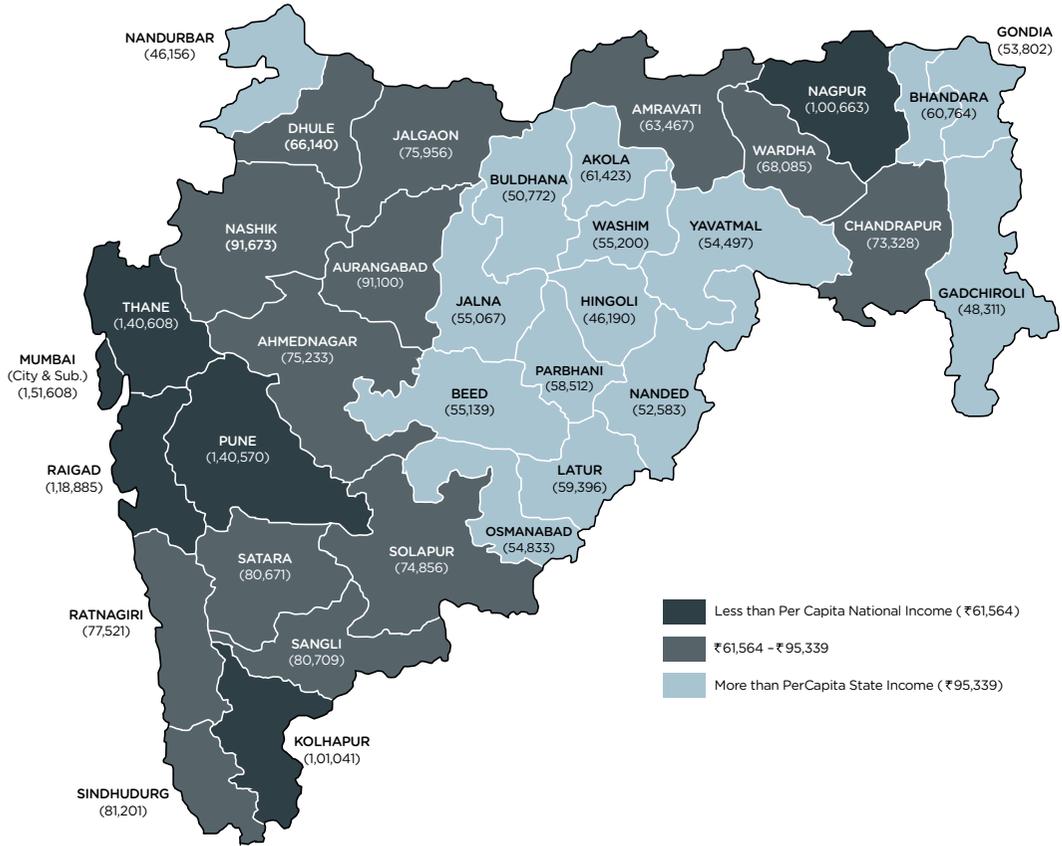
O Governo Indiano está em curso um plano que visa o estabelecimento de um corredor de desenvolvimento económico entre Mumbai e Bangalore. Trata-se de uma oportunidade única de ligação das duas cidades economicamente mais relevantes do país.

O objectivo final é criar uma zona económica de elevada produtividade, similar ao Nordeste dos EUA ou ao corredor Hong-Kong Guangdong.

Todavia, para que este objectivo seja viável é fundamental que ambas as cidades construam uma visão comum que vá para além da abordagem tradicional ao desenvolvimento económico de base territorial e focalizem-se na criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas empresariais que explorem as oportunidades únicas que a região oferece.

A expectativa do Governo é gerar 12% do PIB nacional no corredor Mumbai-Bangalore, estando previstos investimentos em infra-estruturas ferroviárias, rodoviárias e industriais, bem como a construção de um milhão de habitações.

Estimativas apontam para a criação de 10 milhões de postos de trabalho ao longo deste corredor de desenvolvimento, o qual deverá gerar um impacto de longo-prazo na economia nacional e fundamentalmente porque:



Mumbai e Bangalore continuarão a trabalhar com a comunidade local de negócios tendo em vista estratégias de crescimento que dão resposta à crescente pressão demográfica;

Não poderemos considerar o corredor um sucesso simplesmente porque as cidades em ambos os pólos continuam a crescer e encontram-se conectadas por infraestruturas mais eficientes. O enorme potencial deste corredor situa-se no desenvolvimento das regiões intermédias, nomeadamente o Sul de Maharashtra e Norte / Centro de Karnataka e na sua afirmação enquanto regiões vibrantes do ponto de vista económico e empresarial, dotadas de escolas, infra-estruturas e lideranças de qualidade.

A região dispõe de alguns activos importantes que poderão alavancar o seu desenvolvimento. Desde logo, um compromisso filantrópico com a região. O Norte de Karnataka tem beneficiado de importantes donativos visando o desenvolvimento do empreendedorismo, educação e inovação por parte de instituições como a Deshpande Foundation, Infosys Foundation, Tata Trusts e Gates Foundation. Estas instituições têm canalizado importantes recursos para a formação de empreendedores, capacitação de ONGs e instituições da administração local.

Adicionalmente, a região dispõe de uma vasta rede de instituições de ensino superior que fornecem quadros altamente qualificados ao mercado de emprego, bem como um enorme potencial turístico que pode ser potenciado em torno de atracções como as ruínas de Hampi e as Western Ghats.

Finalmente, existe um conjunto de cidades secundárias, tais como Hubli, Dharwad e Belgaum que possuem um enorme potencial de conectividade. Goa, Pune e Hyderabad são outras cidades relativamente próximas deste corredor.

GOA

1.3.1 Localização

Com o Mar Árábico a 100 km a Oeste da sua linha costeira, o Estado de Goa cobre uma área de 3.702 km², dividida em 1736 km² correspondentes a Goa Norte e 1966 km² a Goa Sul.



GOA DESEMPENHOU, DURANTE O PERÍODO DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA, AS FUNÇÕES DE ENTREPOSTO COMERCIAL COM O ORIENTE DEVIDO À SUA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA NA COSTA OCIDENTAL DA INDIA.

1.3.2 Organização Administrativa

A colonização portuguesa terminou em 1961, após invasão das tropas indianas, tendo Goa permanecido como Território da União até 1987 quando foi declarada como 25^a Estado da Índia.

Do ponto de vista administrativo, Goa está dividida em dois distritos, Goa Norte e Goa Sul, contemplando 6 talukas (blocos administrativos) a Norte e 5 a Sul. Existem 347 aldeias, das quais 209 na Goa Norte e 138 na Goa Sul. Os 188 panchayats (assembleias eleitas localmente) do Estado de Goa distribuem-se em 119 a Norte e 69 a Sul. Existem 14 cidades municipais igualmente distribuídas pelos dois distritos.

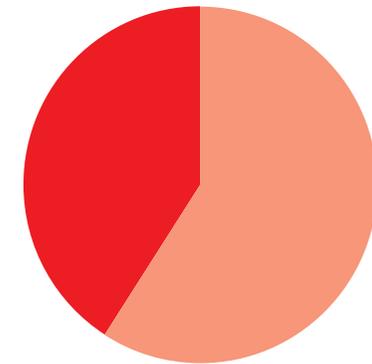
1.3.3 População

No período compreendido entre 1991 e 2011 a população de Goa cresceu aproximadamente 25%, fenómeno alimentado, exclusivamente pelo aumento significativo da população urbana (cerca de 90%) e por uma queda abrupta da população rural na primeira década do século (próximo dos 20%).

De acordo com o censo de 2011, a população total de Goa é de 1.343.998 habitantes, divididos em 757.407 em Goa Norte e 586.591 em Goa Sul. Salcete é a Tuluca mais populosa seguida de Bardez.

A população de Mormugao é a que cresceu a um ritmo mais rápido ao longo da última década, seguida de Bardez e Salcete. Bicholim foi a Tuluca que cresceu a um ritmo mais lento, seguida de Pernem e Sanguem.

POPULAÇÃO DE GOA POR DISTRITO



44% GOA SUL

56% GOA NORTE

Todas as Tulukas registaram crescimentos significativos da população urbana, com Ponda a ser a Tuluca com o maior registo de crescimento, seguida de Pernem, Bicholim e Sanguem.

Bardez, Bicholim, Ponda e Sanguem registaram um declínio da população rural. Em Bicholim registou-se a maior ritmo de contracção da população rural, seguida de Ponda e Bardez.

TABELA 9

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ENTRE 1961-2001

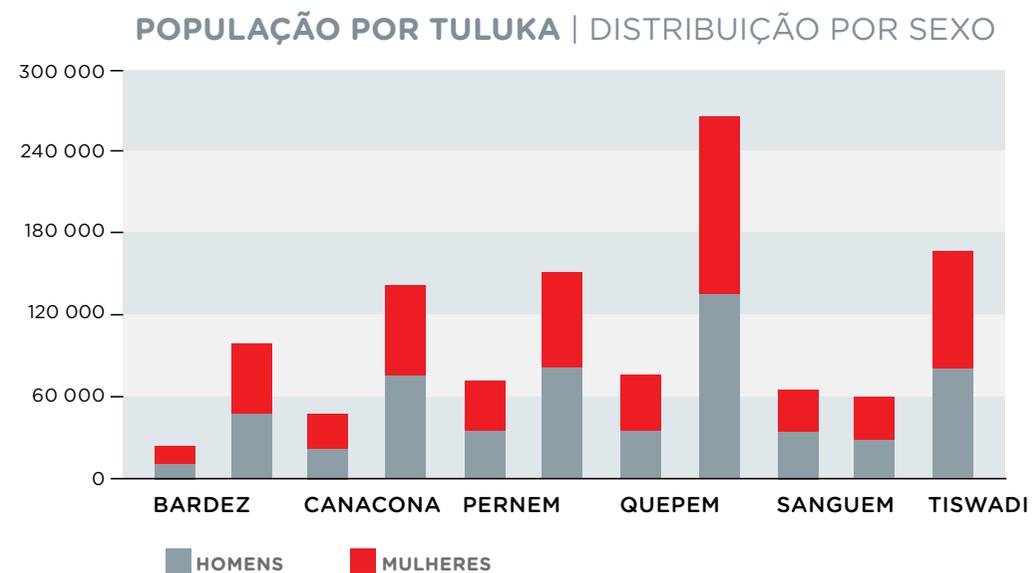
	1961	1971	1981	1991	2001	2011	1991-2011
População Total	589 997	795 120	1 007 749	1 169 793	1 347 668	1 458 545	
População Rural	502 668	591 877	684 964	690 041	677 091	551 731	-20,04%
População Urbana	87 329	203 243	322 785	479 752	670 577	906 814	89,02%
% Taxa de Crescimento População Total		34,77%	26,74%	16,08%	15,21%	8,23%	24,68%

Fonte: Censo da Índia

TABELA 10
POPULAÇÃO POR TULUKA EM 2001

	Área	Total	Homens	Mulheres	Crescimento 91-01
Bardez	20 529	227 695	116 405	111 290	20,23%
Bicholim	21 101	90 734	46 707	44 027	7,35%
Canacona	33 354	43 997	22 276	21 721	8,06%
Mormugao	6 172	144 949	76 570	68 379	20,29%
Pernem	24 919	71 999	37 064	34 935	7,96%
Ponda	28 762	149 441	77 135	72 306	16,54%
Quepem	28 193	74 034	37 527	36 507	14,75%
Salcete	20 867	262 035	129 798	132 237	19,16%
Sanguem	86 888	64 080	32 575	31 505	7,96%
Satari	48 352	58 613	29 880	28 733	18,34%
Tiswadi	12 985	160 091	81 311	78 780	9,32%
Total Estado	332 122	1 347 668	687 248	660 420	15,21%
% Urbana	0,12%	49,76%	50,45%	49,04%	
% Rural	99,88%	50,24%	49,55%	50,96%	

Fonte: Fonte: Fonte: Censo da India



1.3.3 População

No que diz respeito às condições de vida da população, no início do século as estimativas da Comissão de Planeamento do Governo Indiano apontavam para uma taxa de pobreza da ordem dos 4,4%, à época a segunda mais baixa do país imediatamente após Jammu & Kashmir. A taxa de pobreza nas zonas rurais era, no início do século, de 1,35% e de 7,52% nas zonas urbanas. Estes valores eram manifestamente inferiores à média nacional de 26,10% (27,09% nas zonas rurais e 23,62% nas zonas urbanas) e evidenciavam uma tendência inversa ao verificado no resto do país em que a pobreza rural é superior à pobreza urbana.

Todavia, estimativas da Comissão de Planeamento evidenciavam, em 2005, uma dramática inversão da tendência, com a taxa de pobreza urbana a elevar-se para 21,3% e 5,4% nas zonas rurais.

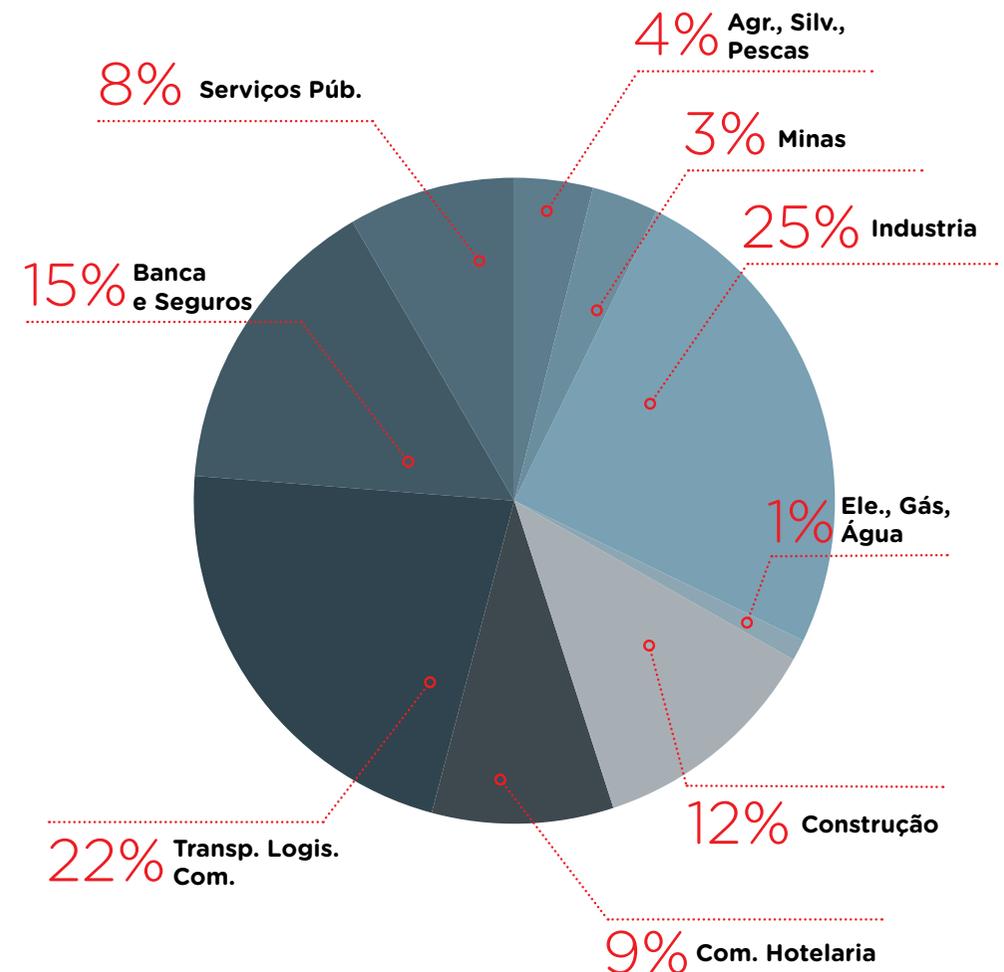


1.3.4 Economia

A indústria é o sector mais importante da economia goesa, representando, aproximadamente, 25% do PIB do Estado, de acordo com estimativas do Governo Estadual para 2011-2012. Todavia, é interessante notar que cerca de 11% do produto industrial é desenvolvido por empresas que não estão oficialmente registadas e que operam, portanto, na ilegalidade.

Transportes, Logística e Comunicações é o segundo sector mais importante da economia goesa, representando 22% do PIB do Estado.

PIB Estatal Liquido 2011-2012 (Estimativa - Preços Constantes 2004-2005)

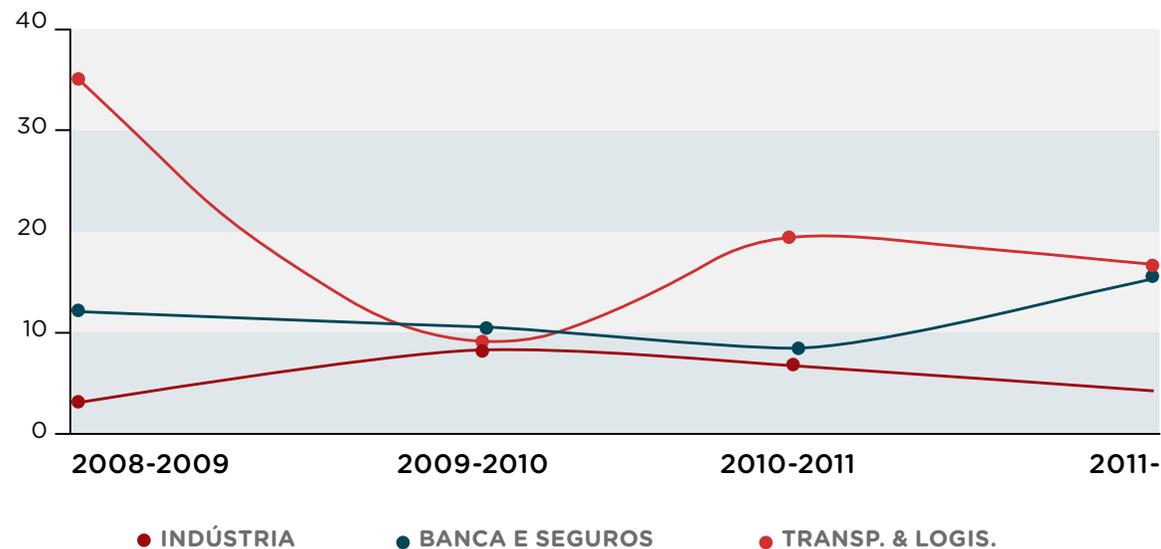


PARTICULARMENTE RELEVANTE É O RITMO DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO PER CAPITA, QUE EM 2012 DEVERÁ TER CRESCIDO 46% FACE A 2004.

Comparando os dados de 2004 e 2012, os sectores que mais cresceram foram os Transportes, Logística e Comunicações (cuja produção triplicou), a Banca, Seguros e Imobiliário, indiciando uma progressiva sofisticação da economia goesa.

De assinalar que o sector industrial, conforme já referimos, o mais importante em Goa, cresceu cerca de 60%, na comparação entre 2004 e 2012. A taxa de crescimento do Produto Interno do Estado de Goa, a preços constantes de 2004-2005, oscilou entre os 10% em 2006-2007, e os 4% em 2008, tendo estabilizado, novamente, em torno dos 10% em 2009 e 2010, com uma aceleração para os 13% em 2011. Estamos, contudo, perante ritmos de crescimento francamente interessantes.

TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DOS PRINCIPAIS SECTORES DE ACTIVIDADE DA ECONOMIA GOESA





	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011 Dados Provisórios	2011-2012 Estimativas
Agricultura, Silvicultura e Pesca	84 717	105 370	85 544	87 671	83 784	83 357	77 120	79 663
Extração Mineira	46 874	48 185	67 828	54 278	39 504	47 173	76 133	67 800
Sub-Total Sector Primário	131 591	153 555	153 372	141 949	123 288	130 530	153 253	147 463
Indústria	311 027	338 197	378 847	391 605	409 095	440 807	472 063	500 299
Electricidade, Gás e Água	13 434	15 478	19 240	18 073	20 332	25 992	19 719	21 361
Construção	126 206	130 419	142 635	151 012	159 228	170 091	219 470	238 102
Sub-Total Sector Secundário	450 667	484 094	540 722	560 690	588 655	636 890	711 252	759 762
Comércio, Hotelaria e Restauração	149 929	164 169	173 033	148 539	135 890	149 049	165 513	184 536
Transporte, Logística e Comunicações	152 141	160 201	181 236	218 451	291 947	319 587	379 547	445 149
Banca, Seguros, Imobiliário	133 490	146 127	169 346	195 863	220 420	245 676	268 100	309 516

TABELA 11
**PIB ESTATAL LIQUIDO A CUSTO
 DE FACTORES POR INDÚSTRIA
 DE ORIGEM, A PREÇOS CONSTANTES
 (2004-2005; EM 100.000 - LAKHS - RS.)**

TABELA 12
 CRESCIMENTO (%) PIB ESTATAL LIQUIDO
 A CUSTO DE FACTORES POR INDÚSTRIA
 DE ORIGEM, A PREÇOS CONSTANTES
 (2004-2005)

	2004- 2005	2005- 2006	2006- 2007	2007- 2008	2008- 2009	2009- 2010	2010- 2011 Dados Provisórios	2011- 2012 Estimativas
Agricultura, Silvicultura e Pesca	100	24%	-19%	2%	-4%	-1%	-7%	4%
Extração Mineira	100	3%	41%	-20%	-27%	19%	61%	-11%
Sub-Total Sector Primário	100	17%	-0,12%	-7%	-13%	6%	17%	-4%
Indústria	100	9%	12%	3%	4%	8%	7%	6%
Electricidade, Gás e Água	100	15%	24%	-6%	12%	28%	-24%	8%
Construção	100	3%	9%	6%	5%	7%	29%	8%
Sub-Total Sector Secundário	100	7%	12%	4%	5%	8%	12%	7%
Comércio, Hotelaria e Restauração	100	9%	5%	-14%	-9%	10%	11%	11%
Transporte, Logística e Comunicações	100	5%	13%	21%	34%	9%	19%	17%
Banca, Seguros, Imobiliário	100	9%	16%	16%	13%	11%	9%	15%
Serviços Públicos e Outros Serviços	100	2%	9%	10%	13%	16%	15%	14%
Sub-Total Sector Secundário	100	7%	11%	8%	15%	11%	14%	15%
PIB Estatal	100	8%	10%	4%	8%	9%	13%	10%

Fonte: Departamento de Planeamento do Estado de Goa



02

Relações Económicas
Portugal-India

Relações Económicas Portugal-India

A TABELA SEGUINTE EVIDENCIA A EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL DE PORTUGAL COM A INDIA ENTRE 2001 E 2013.

Para além da tradicional análise dos fluxos comerciais recentes entre ambos os países, consideramos relevante uma análise das trocas ao longo da última década.

	Portugal, Comércio com ... a India						% das Importações Totais de Portugal	% das Exportações Totais de Portugal
	Importações	Variação Anual	Exportações	Variação Anual	Saldo	Corrente de Comércio		
Média 2001-2012	380 566 297	16,44	52 276 106	23,25	-328 290 191	432 842 403	0,55	0,11
2001	160 324 545		14 323 813		-146 000 732	174 648 358	0,41	0,06
2002	185 184 181	15,51	15 615 658	9,02	-169 568 523	200 799 839	0,46	0,06
2003	179 623 697	-3,00	20 651 955	32,25	-158 971 742	200 275 652	0,38	0,06
2004	218 248 520	21,50	22 808 955	10,44	-195 439 565	241 057 475	0,32	0,05
2005	249 197 084	14,18	31 635 939	38,70	-217 561 145	280 833 023	0,41	0,08
2006	294 130 205	18,03	36 005 988	13,81	-258 124 217	330 136 193	0,44	0,08
2007	467 810 818	59,05	40 791 960	13,29	-427 018 858	508 602 778	0,60	0,08
2008	685 836 055	46,61	61 492 342	50,75	-624 343 713	747 328 397	0,76	0,11
2009	366 579 070	-46,55	56 352 909	-8,36	-310 226 161	422 931 979	0,52	0,13
2010	541 693 460	47,77	80 452 916	42,77	-461 240 544	622 146 376	0,72	0,17
2011	646 417 985	19,33	125 089 191	55,48	-521 328 794	771 507 176	0,80	0,21
2012	571 749 939	-11,55	122 091 646	-2,40	-449 658 293	693 841 585	0,79	0,21
2013	515 202 597	-9,89	155 475 191	27,34	-359 727 406	670 677 788	0,69	0,25

TABELA 13
COMÉRCIO ENTRE PORTUGAL
E INDIA 2001-2013 (USD)

Portugal, Comércio com ... a Índia								
	Importações	Variação Annual	Exportações	Variação Annual	Saldo	Corrente de Comércio	% das Importações Totais de Portugal	% das Exportações Totais de Portugal
2001	10		10		0		10	10
2002	15	50%	15		0		15	15
2003	20	33%	20		0		20	20
2004	25	25%	25		0		25	25
2005	30	20%	30		0		30	30
2006	40	33%	40		0		40	40
2007	60	50%	60		0		60	60
2008	80	33%	80		0		80	80
2009	100	25%	100		0		100	100
2010	120	20%	120		0		120	120
2011	180	50%	180		0		180	180
2012	200	11%	200		0		200	200
2013	343	70%	343		0		343	343

A análise destes dados permite concluir que entre 2001 e 2013 a corrente de comércio entre os dois países cresceu sensivelmente. As exportações portuguesas triplicaram e as importações originárias da Índia passaram de 10 milhões de USD em 2001 para 343 milhões em 2013, com clara aceleração desde 2011.

2.1 Exportações Portuguesas

O sistema estatístico de ambos os países não disponibiliza dados sobre as trocas entre Portugal e Estados da Índia. Neste sentido, a nossa análise tem de reflectir as trocas entre os dois países na sua globalidade.

De acordo com os dados publicados pela AICEP, no relacionamento económico bilateral, a Índia tem, como seria de esperar, maior importância como fornecedor do que como cliente.

A Índia situou-se como o 41º cliente de Portugal em 2012, posicionando-se próximo de outros países como: a África do Sul (39º), os EUA (40º), a Nigéria (42º) e o Egito (43º). A posição do país, nesse ano, foi a segunda melhor de 2008 a 2012. As nossas vendas de bens para a Índia representaram 0,2% do total em 2012.

Principais Exportações para a Índia (2012)

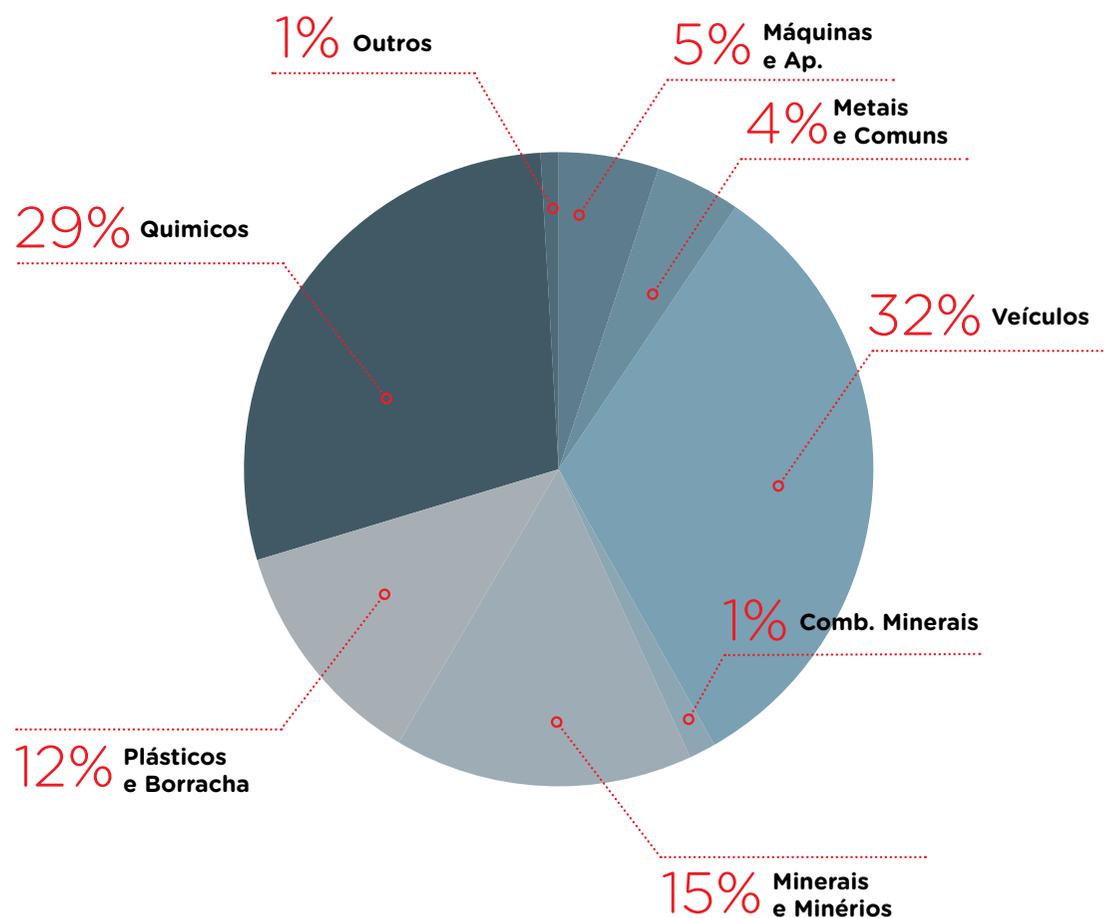


TABELA 14
**EXPORTAÇÕES PORTUGUESAS
 PARA A INDIA (2008-2012)**

Enquanto fornecedor, a Índia ficou no 24º lugar em 2012, situando-se este país próximo da Líbia (22º), dos Camarões (23º), da Suíça (25º) e da Ucrânia (26º).

Trata-se da segunda pior posição do período em análise. A respectiva quota foi de 0,6%.

De acordo com os dados do INE, as exportações de bens de Portugal para a Índia diminuíram em 2009 (a variação percentual foi de -11,2%), aumentando entre 40% e 50% em 2010 e 2011 e 6,3% em 2012. A taxa de crescimento médio anual de 2008 a 2012 foi de 22,3%.

Os valores das importações diminuíram em 2009 e 2012 (as variações percentuais foram, respectivamente, de -43,6% e -28%) e aumentaram em 2010 (53,5%) e 2011 (13,6%). A taxa média de variação anual ao longo do período em análise foi de -1,1%.

	2008		2011		2012		Variação % 11/12
	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	
Máquinas e Aparelhos	20 436	43,97%	37 204	41,63%	23 937	25,20%	-35,7%
Metais Comuns	3 519	7,57%	11 137	12,46%	16 707	17,59%	50,0%
Veículos e Outro Mat. Transp.	1 286	2,77%	727	0,81%	10 795	11,37%	1 384,9%
Combustíveis Minerais	4 232	9,11%	2 798	3,13%	8 964	9,44%	220,4%
Minerais e Minérios	1 152	2,48%	4 078	4,56%	6 926	7,29%	69,8%
Plásticos e Borracha	2 791	6,01%	11 677	13,07%	6 920	7,29%	-40,7%
Químicos	845	1,82%	4 944	5,53%	6 394	6,73%	29,3%
Pastas Celulósicas e Papel	1194	2,57%	4 682	5,24%	4 192	4,41%	-10,5%
Materiais Têxteis	2 196	4,73%	4 890	5,47%	2 814	2,96%	-42,5%
Madeira e Cortiça	1 623	3,49%	2 549	2,85%	2 467	2,60%	-3,2%
Peles e Couros	2 619	5,64%	2 331	2,61%	2 214	2,33%	-5,0%
Calçado	1 501	3,23%	774	0,87%	1 091	1,15%	41,0%
Instrumentos de Ótica e Precisão	513	1,10%	578	0,65%	679	0,71%	17,5%
Alimentares	491	1,06%	256	0,29%	291	0,31%	13,7%
Agrícolas	537	1,16%	379	0,42%	232	0,24%	-38,8%
Vestuário	319	0,69%	100	0,11%	105	0,11%	5,0%
Outros Produtos	107	0,23%	205	0,23%	247	0,26%	20,5%
Valores Confidenciais	1 114	2,40%	67	0,07%	0	0,00%	-100,0%
Total	46 475	100%	89 376	100%	94 975	100%	6,3%

2.1 Exportações Portuguesas

O saldo da balança comercial é tradicionalmente desfavorável a Portugal tendo-se registado em 2008 um deficit superior a 400 milhões de euros, que foi o mais elevado dos últimos cinco anos.

O coeficiente de cobertura das importações pelas exportações foi de 28,2% em 2012, situando-se nos quatro anos anteriores abaixo de 20%.

Ainda de acordo com a AICEP, nas exportações portuguesas para a Índia, em 2012, por grupos de produtos, as máquinas e aparelhos ocuparam a primeira posição, com um peso de 25,2% do total. Seguiram-se os metais comuns (17,6%), os veículos e outro material de transporte (11,4%), os combustíveis minerais (9,4%), os minerais e minérios (7,3%), os plásticos e borracha (7,3%) e os produtos químicos (6,7%).

OS SETE PRIMEIROS GRUPOS DE PRODUTOS REPRESENTARAM, EM CONJUNTO, CERCA DE 85% DO VALOR GLOBAL NESSE ANO.

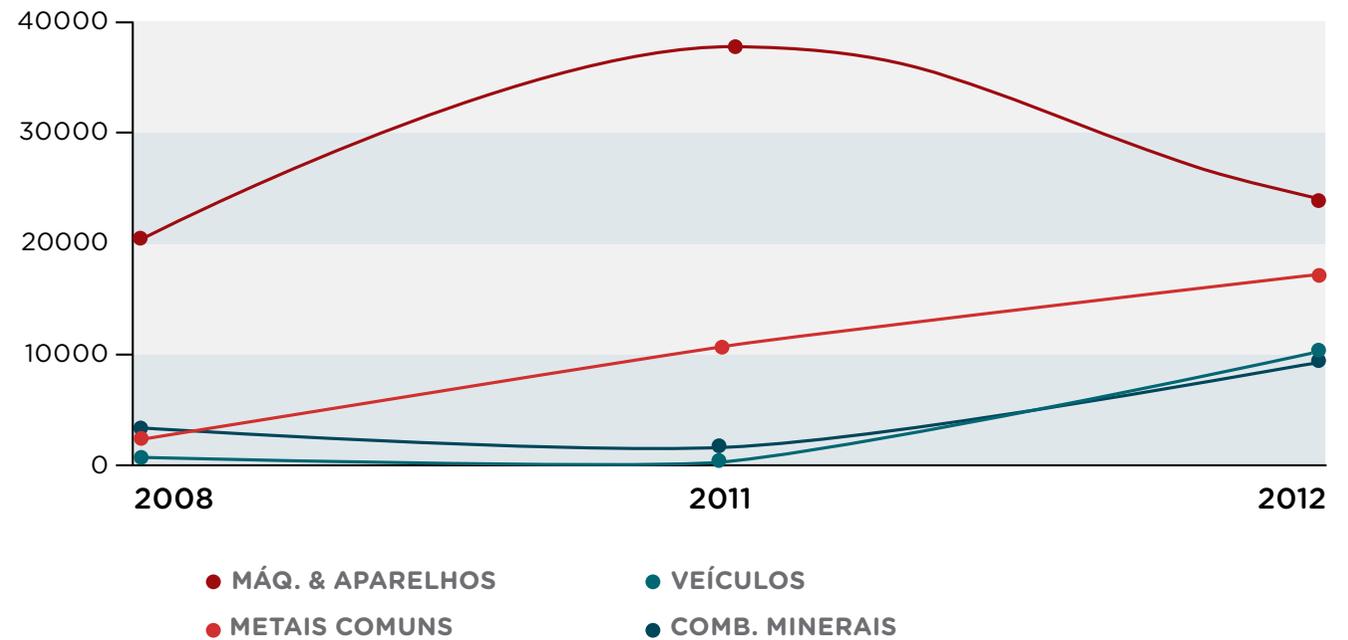
DA EVOLUÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUTOS EXPORTADOS POR PORTUGAL PARA A ÍNDIA, ENTRE 2008 E 2012, DESTACA-SE O SEGUINTE:

Os montantes de todos os sete primeiros grupos de produtos aumentaram de 2008 para 2012. O valor das máquinas e aparelhos teve um incremento de 17,1%, situando-se os acréscimos dos outros seis agrupamentos de produtos entre 100% e 750%. De referir, no entanto, que os montantes dos plásticos e borracha e das máquinas e aparelhos registaram variações percentuais, respectivamente, de -40,7% e -35,7%.

As quotas de quase todos esses principais grupos de produtos aumentaram de 2008 para 2012, tendo apenas os valores percentuais das máquinas e aparelhos diminuído, passando de 44% em 2008 para 25,2% em 2012.

Os montantes relativos aos três agrupamentos que se seguiram aumentaram de 2008 para 2012, mas registaram reduções em 2012 face ao ano anterior. Assim, de 2008 para 2012, houve acréscimos de 251% no valor das pastas celulósicas e papel, de 28,1% no que respeita às matérias têxteis e de 52% no que se refere a madeira e cortiça. De 2011 para 2012, as variações percentuais foram, respetivamente, de -10,5%, -42,5% e -3,2%.

O valor relativo a peles e couros, em 2012, foi inferior ao montante de 2008 e de 2011 (as variações percentuais foram, respetivamente, de -15,5% e -5%). O grupo referente a calçado registou em 2012 uma diminuição do respetivo valor face a 2008 (uma variação percentual de -27,3%), tendo, no entanto, existido um acréscimo relativamente a 2011 (de 40,9%).

EVOLUÇÃO (2008-2012) PRINCIPAIS
EXPORTAÇÕES PARA A INDIA (10 3€)

2.1 Exportações Portuguesas

Uma análise mais detalhada das exportações portuguesas, a seis dígitos, evidencia o peso das partes para veículos automóveis (caixas de velocidades, espelhos, etc) e dos desperdícios de cobre, alumínio e cortiça no perfil das exportações portuguesas, sendo de sublinhar o facto dos antibióticos (tetraciclina) representarem o segundo produto mais exportado por Portugal para a Índia

De acordo com os dados publicados pelo INE, 507 empresas portuguesas efectuaram exportações de bens para a Índia em 2011, superando em cerca de 17% o número registado em 2007.

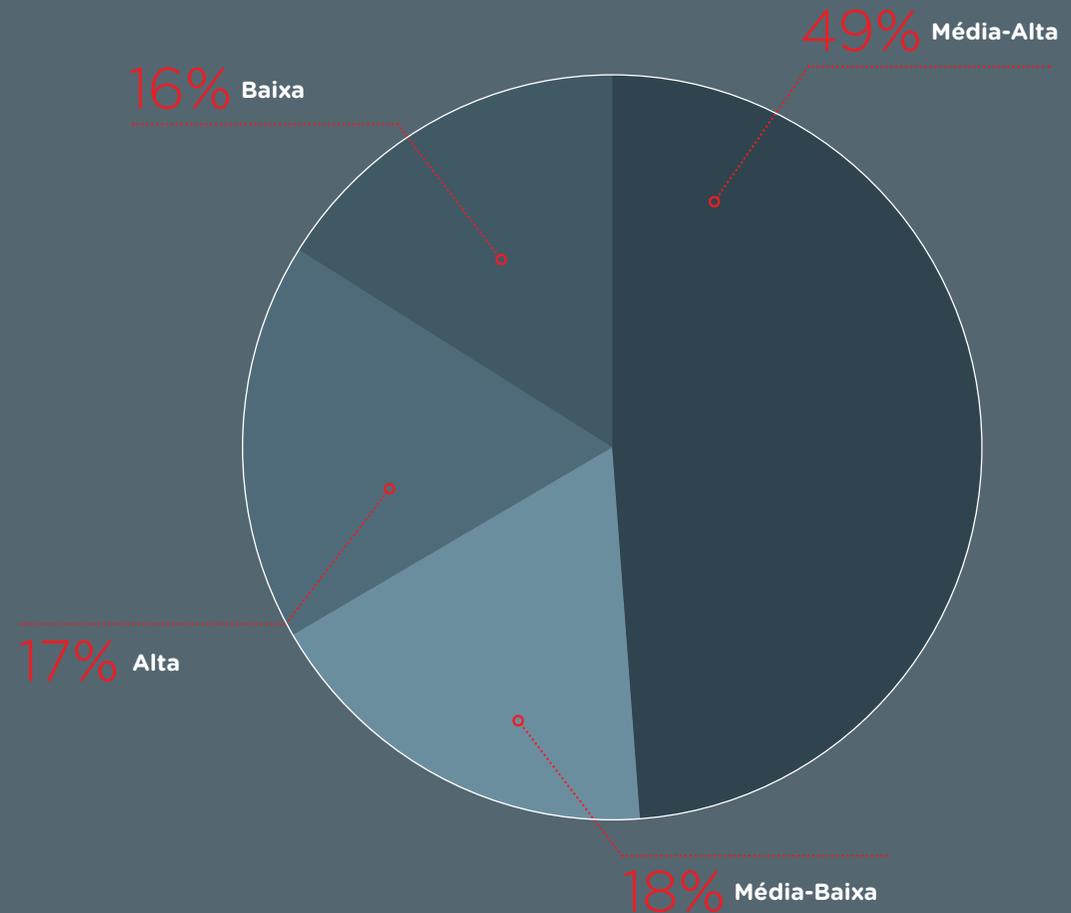
TABELA 15
20 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS
POR PORTUGAL PARA A ÍNDIA (EM €, 2012)

PRODUTOS (6 DÍGITOS)	€	% Total Exp.
Caixas de velocidades, para veículos automóveis	6 535 419	5,04
Tetraciclina e seus derivados	4 659 914	3,59
Antenas e reflectores de antenas e suas partes	4 068 103	3,14
Polietileno de densidade inferior a 0,94	3 953 717	3,05
Desperdícios, resíduos e sucata de cobre	3 901 549	3,01
Outras misturas de hidrocarbonetos aromáticos que destilem 65%	3 349 166	2,58
Desperdícios, resíduos e sucata de alumínio	3 154 985	2,43
Autocarros com motor diesel ou semi-diesel	2 917 078	2,25
Papel e cartão para cobertura, denominados "kraftliner", crús	2 296 371	1,77
Aparelho elevadores/transportadores, ã pneumáticos, de tira ou correia	2 172 827	1,67
Desperdícios de cortiça; cortiça triturada, granulada ou pulverizada	2 061 615	1,59
Outras construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço	2 004 135	1,54
Conversores estáticos	1 839 122	1,42
Rádios c/ fonte externa c/ gravador e/ou reproduzidor som	1 625 475	1,25
Couros e peles, peles com pêlo e seus artigos; correeiro e de seleiro, artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	1 604 184	1,24
Pastas de madeira ou de outras fibras celulósicas Relevantes; reciclados (desperdícios e sucata) de papel ou cartão; papel e suas obras	1 529 585	1,18
Espelhos não emoldurados	1 522 049	1,17
Produtos Minerais	1 308 851	1,01
Máquina para panificação/pastelaria/bolachas/biscoitos/massas alimentares	1 262 351	0,97
Máquina para fabricar/trabalhar vidro a quente	1 195 928	0,92

Fonte: Comtrade, Cálculos

Intensidade Tecnológica Exportações para a Índia (2011)

Segundo o GEE (Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e do Emprego), os produtos classificados como de média-alta intensidade tecnológica representaram 48,8% das exportações portuguesas para a Índia, em 2011, de produtos industriais transformados (89,4% das exportações totais). Seguiram-se os produtos com graus de intensidade tecnológica média-baixa (17,8%), alta (17,3%) e baixa (16,1%).



2.2 Importações da Índia

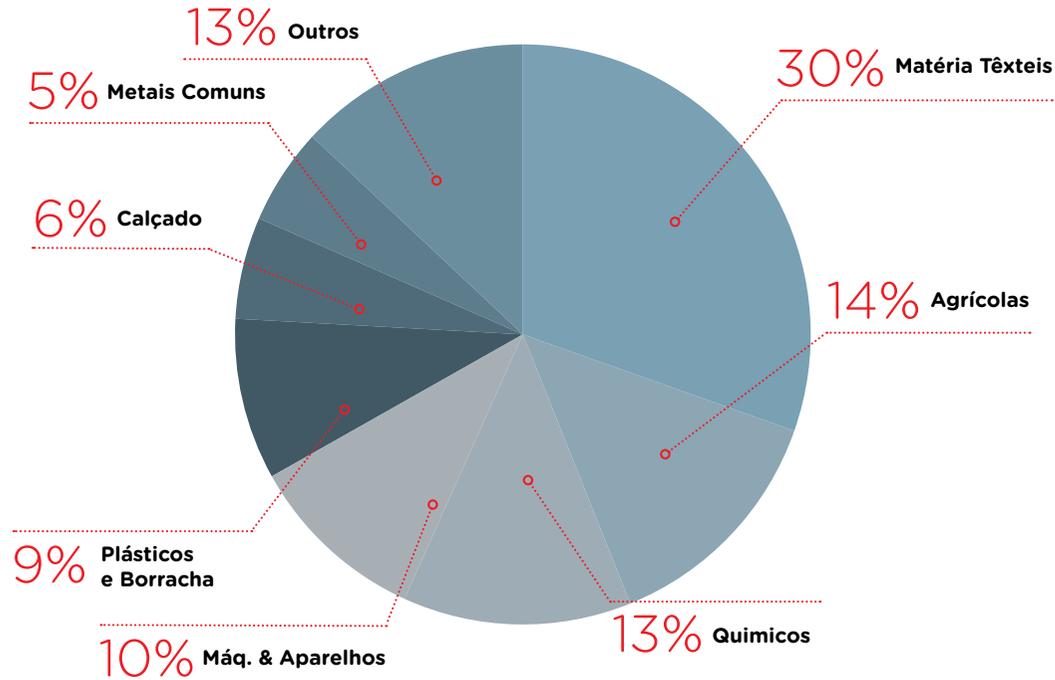
Nas importações provenientes da Índia, por grupos de produtos, as matérias têxteis situaram-se na primeira posição com 30,4% do valor global em 2012. Seguiram-se os produtos agrícolas (13,5%), os produtos químicos (12,8%), as máquinas e aparelhos (10,1%), plásticos e borracha (9%), calçado (5,7%) e metais comuns (5,4%).

Estes sete agrupamentos representaram, em conjunto, cerca de 87% do respetivo total.

Em relação à evolução das importações por grupos de produtos, entre 2008 e 2012, destaca-se o seguinte:



Principais Importações da Índia (2012)



Dos primeiros sete agrupamentos de produtos, os valores dos grupos referentes a plásticos e borracha e produtos químicos aumentaram mais de 100% de 2008 para 2012. O montante dos produtos agrícolas em 2012 cresceu 16,9% face a 2008, registando uma variação percentual de -7,9% relativamente a 2011. Os valores dos outros quatro agrupamentos diminuíram de 2008 para 2012, tendo, no entanto, o montante das máquinas e aparelhos aumentado de 2011 para 2012 (26,8%).

Desses grupos de produtos, apenas as quotas das máquinas e aparelhos e dos metais comuns tiveram reduções de 2008 para 2012. De salientar, que no primeiro destes dois agrupamentos passou-se de uma quota de 26,5% em 2008 para 10,1% em 2012, apesar do valor percentual deste ano ser superior ao registado em 2011 (que foi de 5,7%). Por outro lado, de 2008 para 2012, a quota das matérias têxteis passou de 22,1% para 30,4%, não obstante se ter verificado uma redução do respetivo valor (uma variação percentual de -2,5%).

EVOLUÇÃO (2008-2012) PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES PARA A ÍNDIA (10 3€)



Dos montantes dos seis agrupamentos de produtos que se seguiram, verificaram-se aumentos de 2008 para 2012 apenas nos minerais e minérios (de 9,5% para 12%) e nos instrumentos de ótica e precisão (7,5%). Desses seis grupos, aumentaram, de 2011 para 2012, os valores dos instrumentos de ótica e precisão (30,7%), dos veículos e outro material de transporte (20,9%) e dos produtos alimentares (14,7%).

2.2 Importações da Índia

TABELA 16
 IMPORTAÇÕES PORTUGUESAS
 ORIGINÁRIAS DA INDIA (2008-2012)

	2008		2011		2012		Variação % 11/12
	10 ³	%	10 ³	%	10 ³	%	
Matérias Têxteis	104 848	22,08%	145 433	31,13%	102 268	30,41%	-29,7%
Agrícolas	38 923	8,20%	49 369	10,57%	45 487	13,52%	-7,9%
Químicos	20 817	4,38%	38 613	8,26%	43 204	12,85%	11,9%
Máquinas e Aparelhos	125 654	26,46%	26 853	5,75%	34 054	10,12%	26,8%
Plásticos e Borracha	12 166	2,56%	29 723	6,36%	30 288	9,01%	1,9%
Calçado	19 905	4,19%	25 251	5,40%	19 142	5,69%	-24,2%
Metais Comuns	35 399	7,45%	37 524	8,03%	18 111	5,38%	-51,7%
Vestuário	18 089	3,81%	20 105	4,30%	16 182	4,81%	-19,5%
Peles e Couros	13 977	2,94%	11 300	2,42%	8 752	2,60%	-22,5%
Veículos e Outro Mat. Transporte	7 603	1,60%	4 339	0,93%	5 248	1,56%	20,9%
Minerais e Minérios	1 771	0,37%	4 499	0,96%	3 457	1,03%	-23,2%
Alimentares	3 649	0,77%	1 411	0,30%	1 844	0,55%	30,7%
Instrumentos de Ótica e Precisão	1 716	0,36%	1 411	0,30%	1 844	0,55%	30,7%
Pastas Celulósicas e Papel	260	0,05%	758	0,16%	277	0,08%	-63,5%
Madeira e Cortiça	298	0,06%	167	0,04%	114	0,03%	-31,7%
Combustíveis Minerais	61 297	12,91%	57 016	12,20%	1	0,00%	-100,0%
Outros Produtos	6 826	1,44%	8 927	1,91%	4 537	1,35%	-49,2%
Valores Confidenciais	1 667	0,35%	3 117	0,67%	161	0,05%	-94,8%
Total	474 865	100%	467 212	100%	336 345	100%	-28,0%

2.2 Importações da Índia

Uma análise mais detalhada, a seis dígitos, do perfil das importações portuguesas, evidencia o peso dos fios de fibra de algodão e das partes superiores de calçado e suas componentes, claramente inputs para indústrias nacionais cujo perfil exportador tem vindo a ser recuperado nos últimos anos.

TABELA 17
20 PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS
POR PORTUGAL DA INDIA (EM €, 2012)

PRODUTOS (6DÍGITOS)	€	% Total Exp.
Fios simples >=85% fibras algod pentead, 192,31-232,56 decitex	31 759 186	6,14
Partes superiores de calçado e seus componentes	17 195 159	3,33
Ferro/aço em rolos, lamin quente, decapados, espess 3 - 4,75 mm	16 205 392	3,13
Polipropileno	13 190 544	2,55
Fios simples >=85% fibras algod pentead, 125-192,31 decitex	12 135 940	2,54
Fios simples >=85% fibras algod pentead, 232,56-714,29 decitex	11 485 521	2,22
Camarões Congelados	11 166 190	2,16
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; Gravação ou de reprodução, Televisão Imagem e do Som gravação ou de reprodução, suas partes e acessórios de tais artigos	10 510 084	2,03
Chocos, potas e lulas congelados/secos/salgados/salmoura	9 912 520	1,92
Outros Compostos Orgânicos	9 090 170	1,76
Outros medicamentos acondicionados para venda a retalho	8 870 736	1,72
Fios fib poliéster combinadas c/ algodão	8 810 885	1,70
Tapetes/revestimentos matérias têxteis p/ pavimentos, excepto feltro	7 680 462	1,49
Chocos, potas e lulas vivos/frescos/refrigerados	6 727 607	1,30
Pneus novos except c/ banda rodagem em espinha peixe, p/ máq	6 376 361	1,23
Café não torrado, não descafeinado	6 357 712	1,23
Outros laminad ferro/aço, folhead/chapead/revestid, larg>=600mm	6 024 898	1,17
Telas para pneus com fios de alta tenacidade	5 916 899	1,14
Fibras sintéticas descontínuas não cardadas de poliésteres	5 346 400	1,03
Fios simples >=85% fibras algod pentead, >= 714,29 decitex	5 303 542	1,03



03

Exportar e Investir

3.1 Regime de Importação

O Governo Indiano tem vindo, progressivamente, a liberalizar a regulamentação que incide sobre as exportações e importação, com substituição de grande parte das restrições quantitativas, licenças e controlos discricionários sobre as trocas comerciais por processos de desregulamentação e simplificação de procedimentos.

Em Agosto de 2009 entrou em vigor a nova Política de Comércio Externo 2009/2014 (destaques do suplemento anual 2013-2014 podem ser encontrados neste link (<http://pib.nic.in/newsite/erelease.aspx?relid=94761>), através da qual o Governo indiano se propõe, no médio prazo (2011 a 2014) aumentar as exportações cerca de 25% por ano e, no longo prazo, (a partir de 2014) duplicar as exportações de bens e serviços indianos.

Para alcançar estes objectivos o Governo prevê implementar várias medidas, designadamente: criação de incentivos fiscais, simplificação de procedimentos, diversificação de mercados de exportação e descida dos custos das transações e das tarifas.

Apesar das reformas adotadas, e de hoje em dia grande parte dos produtos ser de importação livre, para alguns continua a ser necessário obter licenças de importação, podendo-se assistir a três tipos de situação:

- a) bens cuja importação é proibida;
- b) bens de importação restrita ou condicionada;
- c) bens de importação “canalizada” ou orientada.

No primeiro caso, importação proibida (por razões de segurança e saúde públicas e salvaguarda do meio ambiente), encontram-se, por exemplo, certos produtos de origem animal, animais selvagens e marfim.

Os bens de importação restrita ou condicionada são normalmente aqueles cuja procura pode ser adequadamente satisfeita pela produção local. Entre estes encontram-se certos bens de consumo, pedras preciosas, sementes, animais, insecticidas, alguns aparelhos electrónicos, drogas e químicos, armas e munições. Também os mármore, granitos, papel e derivados são alvo de restrições.





Quanto à importação “canalizada”, a operação deve ser efectuada através de empresas públicas (STE - State Trading Enterprise), como por exemplo a State Trading Corporation (STC-<http://www.stc.gov.in>). Nesta categoria integram-se bens como o petróleo e derivados, produtos agrícolas básicos, entre outros.

A lista completa dos bens de importação proibida (Prohibited Items), dos bens de importação restrita/condicionada (Restricted Items) e dos bens de importação “canalizada”/orientada (STE Items) está acessível na seguinte página Web da Directorate General of Foreign Trade (<http://dgft.gov.in/exim/2000/downloadftp1213.htm>).

As licenças de importação são emitidas pelo Directorate General of Foreign Trade (DGFT-<http://dgft.gov.in>) e por entidades responsáveis pela supervisão de determinados produtos (a DGFT informa sobre a entidade competente, se for o caso) e as operações comerciais apenas podem ser efectuadas desde que importador tenha obtido o Importer Exporter Code (IEC-<http://www.eximguru.com/iec-code/default.aspx>) e o Permanent Account Number (PAN-http://www.incometaxindia.gov.in/archive/About%20PAN_06302010.pdf).

O PAN é obtido junto do Income Tax Department (<http://www.incometaxindia.gov.in>) e deve ser referido em todos os documentos que digam respeito a transações financeiras.

3.1 Regime de Importação

No que respeita à regulamentação técnica de produtos o Bureau of Indian Standards (<http://www.bis.org.in>) é o organismo oficial de normalização, cabendo-lhe a elaboração de normas em vários setores (ex.: químicos; equipamento eletrónico; produtos alimentares; têxteis).

Nesta matéria salienta-se que, desde 2010, a importação de brinquedos está sujeita a procedimentos de normalização e deve ser acompanhada de um certificado de conformidade facultado pelo fabricante (<http://www.eximguru.com/notifications/import-policy-of-toys21819.aspx>).

Importa referir que existe, também, regulamentação relativa à rotulagem e embalagem, nomeadamente para os produtos alimentares pré-embalados, que estabelece que nos respetivos rótulos, escritos em inglês ou em hindi, devem constar, entre outros, os seguintes elementos informativos: nome, marca ou descrição do produto, lista de ingredientes em ordem decrescente de acordo com a sua composição por peso e volume (excepto se o produto for composto por um único ingrediente), informação nutricional (se aplicável), logo de produto vegetariano ou não vegetariano, nome e direção do fabricante ou importador, peso líquido ou volume, mês e ano de fabrico e data de validade - Food Safety and Standards (Packaging and Labelling) Regulations 2011 (<http://www.fssai.gov.in/Portals/0/Pdf/Food%20Safety%20and%20standards%20%28Packaging%20and%20Labelling%29%20regulation%2c%202011.pdf>).

Para além destas disposições gerais podem existir disposições específicas sobre a rotulagem de determinados produtos como é o caso da carne, do leite, etc (consultar a legislação disponível no Site da Food Safety and Standards Authority of India : <http://fssai.gov.in/Regulations/MeatFoodProductsOrderMFPO1973.aspx>).

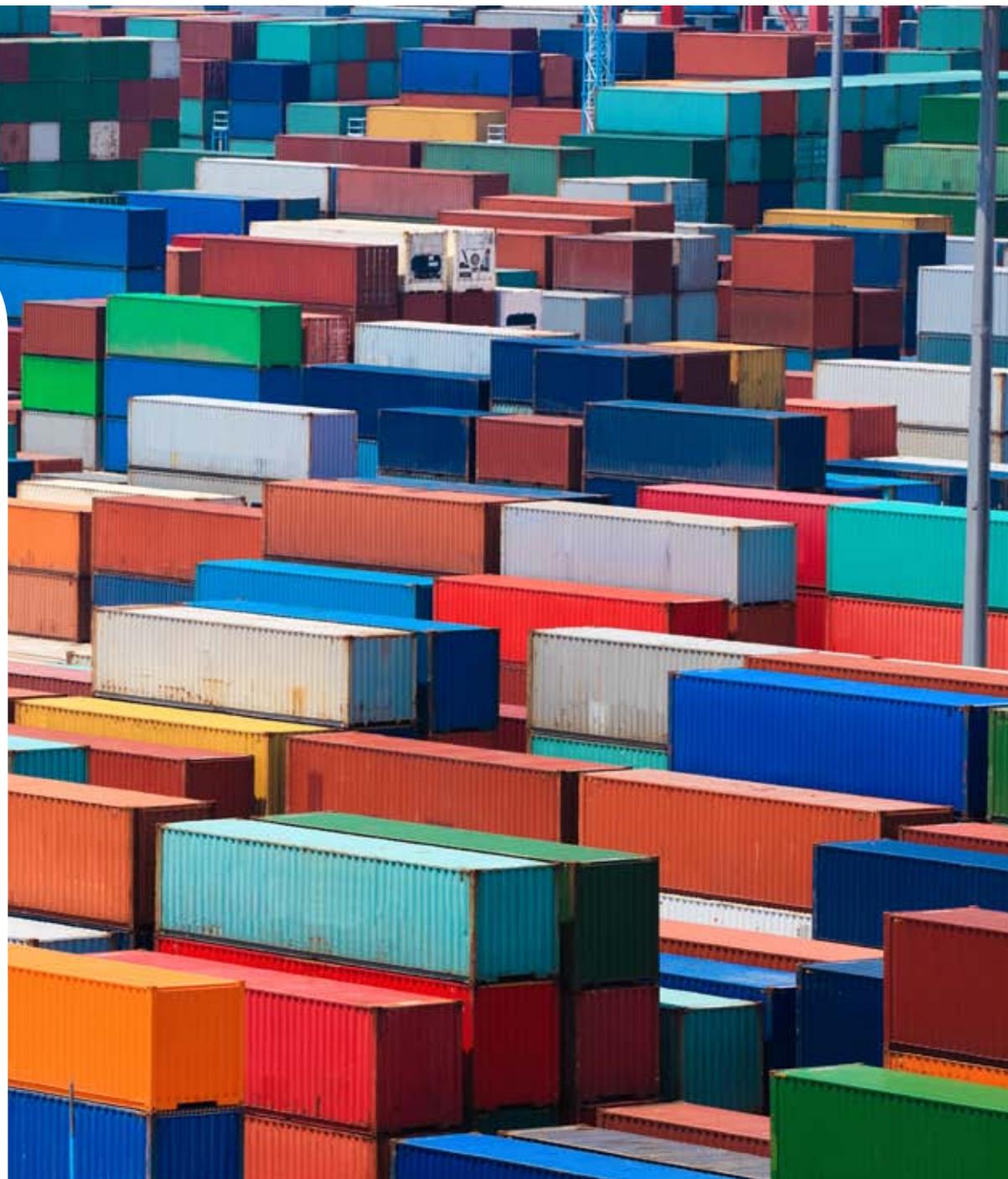
Ainda em matéria de etiquetagem de produtos alimentares é de referir que foi recentemente lançada uma consulta pública sobre um projeto de diploma que versa sobre a etiquetagem obrigatória e as alegações nutricionais e de saúde dos alimentos (<http://fssai.gov.in/Portals/0/Pdf/covering%20letter%20for%20draft%20regulation.pdf>).

No que se refere à pauta aduaneira, salvo algumas exceções, as tarifas aduaneiras são aplicadas numa base ad valorem, sendo que a Índia adota uma estrutura tarifária baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias (SH).



3.1 Regime de Importação

No âmbito do relacionamento comercial com a UE, e enquanto não for concluído e entrar em vigor o Acordo de Comércio Livre entre as partes, as mercadorias comunitárias não têm tratamento preferencial à entrada na Índia; ao contrário, este país beneficia do Sistema de Preferências Generalizadas, que permite a uma grande variedade de produtos um acesso privilegiado ao mercado comunitário (isenção ou redução de direitos aduaneiros), desde que devidamente acompanhados do documento comprovativo de origem (Certificado FormA) - http://ec.europa.eu/trade/wideragenda/development/generalised-systemof-preferences/index_en.htm.



O imposto aduaneiro base aplicado na importação de mercadorias comunitárias na Índia apresenta tarifas que variam entre os 5% (por ex, sal) e os 30% (por ex, a maioria das frutas e dos produtos de origem animal), com alguns produtos sujeitos a taxas mais reduzidas de 0% e 1% (por ex, alguns fertilizantes químicos ou minerais e alguns equipamentos telefónicos) e outros produtos sujeitos a taxas agravadas (ex.: vinho -50%, café e chá - 100%, arroz - 70%/80%, leite em pó, mel e açúcar de cana -60%, maçãs - 50%).

Para além dos direitos aduaneiros crescem, ainda, as seguintes incidências para algumas mercadorias: Additional Duty (4%), Countervailing Duty (taxas variáveis) e Educational Cess (3%).

A tributação aplicada na entrada de produtos na Índia podem ser consultada no Site da Market Access Database (apenas acessível para quem está localizado na União Europeia), no tema Tariffs (<http://madb.europa.eu/mkacddb2/indexPubli.htm>), seleccionando o mercado e o produto / código pautal.

Clicando no código pautal específico do produto (classificação mais desagregada), os interessados têm acesso a outras imposições fiscais para além dos direitos de importação (ex.: Additional Duty, Countervailing Duty, Educational Cess, etc).

Quanto à documentação (geral/específica) que deve acompanhar as mercadorias quando importadas neste país, os interessados podem obter informação acedendo ao tema Procedures and Formalities (http://madb.europa.eu/madb/atasetPreviewFormIFpubli.htm?datacat_id=IF&from=publi).

Quanto às exigências aí referidas, é possível clicar nos itens para obter informação pormenorizada sobre cada uma das formalidades/documentos, chamando-se especial atenção para a coluna Country Overview, no qual podem ser consultados variadíssimas matérias, de entre as quais se destacam os procedimentos aduaneiros de importação, as regras de rotulagem e embalagem e a regulamentação técnica de produtos.

3.2 Investimento Estrangeiro

Não obstante as potencialidades que o país oferece, os empresários que queiram abordar o mercado indiano deparam-se com um certo número de fatores inibidores que têm de ser tomados em conta quando da decisão de investir.

Desde logo, a burocracia detém o lugar cimeiro na lista das preocupações dos investidores. Para reforçar a sua capacidade de atração de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), a Índia necessita de intensificar os seus esforços de modo a melhorar a eficiência do Estado e avançar mais rapidamente na via reformista.

A relativa falta de transparência na aplicação dos enquadramentos legais, que regem o investimento nos diversos sectores da economia indiana, é outro factor sublinhado pelos investidores.

A estrutura federal do Estado e o reconhecimento constitucional das competências estaduais exclusivas em certas áreas, nomeadamente no domínio fiscal, dificultam a visibilidade das efetivas condições de investimento, onde as regras podem mudar, substancialmente, de região para região.

Na óptica da abordagem de uma Pequena e Média Empresa (PME) a este mercado, a parceria com uma empresa local é, à partida, fundamental. No entanto, alguma opacidade no sistema empresarial indiano constitui outro obstáculo à segurança do investimento e a tarefa de identificação de uma empresa indiana, com conhecimento em determinado mercado ou produto, caracteriza-se por uma assinalável dificuldade.

Tal como na China, os problemas de protecção da Propriedade Intelectual (PI) são uma realidade, mesmo com a existência de legislação consentânea com os compromissos internacionais assumidos neste domínio.



FINALMENTE UMA REFERÊNCIA À LENTIDÃO E CARGA
BUROCRÁTICA COMUNS AO SISTEMA JUDICIAL
INDIANO QUANDO SE TRATA DE ARBITRAR
CONTENCIOSOS ENTRE EMPRESAS.

No que respeita às formalidades, a maioria dos projectos de investimento estrangeiro na Índia é efectuada ao abrigo do sistema de aprovação automática (automatic route - <http://www.rbi.org.in/scripts/FAQView.aspx?Id=26>).

Sob este tipo de procedimento, o investidor tem apenas de notificar o Reserve Bank of India - <http://www.rbi.org.in> - no prazo de 30 dias após a transferência do capital, através dos seguintes formulários:

Advancing Reporting Form
<http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/Forms/PDFs/KYCO20411.pdf>;

Form FC-GPR PART A
http://rbidocs.rbi.org.in/rdocs/Forms/PDFs/FGPPO40211_A.pdf.

3.2 Investimento Estrangeiro

Para investimentos que necessitem de aprovação governamental (government route), o serviço responsável é o Foreign Investment Promotion Board (FIPB) - <http://www.fipbindia.com>. O FIPB foi constituído principalmente para promover e captar o investimento estrangeiro, bem como para facilitar os procedimentos institucionais, garantir a transparência do processo, aconselhar e aprovar/recomendar propostas de investimento.

Por sua vez, o Foreign Investment Implementation Authority (<http://www.dipp.nic.in/English/Investor/FIIA.aspx>) actua como entidade intermediária entre o investidor estrangeiro e as diversas agências governamentais com o objetivo de facilitar a implementação dos processos aprovados e os procedimentos burocráticos envolvidos.

De entre os investimentos que necessitam de licença prévia (government route) encontram-se os realizados nos setores da banca (caso o FDI se situe entre 49% e 74%), telecomunicações (caso o FDI se situe entre 49% e 74%), segurança privada, comércio a retalho de produtos de marca (single brand product trading), imprensa escrita, serviço de correios/entregas (não incluídos no serviço público) e indústrias da defesa - http://www.fipbindia.com/FDI_Circular_01_2012.pdf (consultar o Capítulo 6 “Setor SpecificConditions on FDI”, pág. 41 e ss).

A participação estrangeira é permitida a 100%, na maior parte dos sectores económicos. Noutros sectores, tais como em plantações de chá, o investimento pode ser realizado inicialmente a 100% com capital estrangeiro, desde que posteriormente seja aberto em 26% a parceiros indianos ou ao sector público. Nos sectores das telecomunicações, bancos, e imprensa escrita, entre outros, a participação estrangeira é limitada, variando a percentagem de caso para caso.

POR OUTRO LADO, O INVESTIMENTO ORIGINAL,
BEM COMO OS LUCROS, PODEM SER REPATRIADOS LIVREMENTE,
DESDE QUE CUMPRIDAS AS OBRIGAÇÕES FISCAIS.

Os investimentos no comércio a retalho (excepto o comércio de produtos de marca), na agricultura (excepto alguns sectores como a floricultura, horticultura e plantações de chá), lotaria e jogo, produção de tabaco, energia atómica, entre outros, estão vedados ao investimento estrangeiro.

Nesta matéria, o Governo indiano tem vindo a adoptar várias medidas com vista a uma maior liberalização da participação estrangeira, designadamente nos seguintes sectores:

COMÉRCIO A RETALHO DE MULTIMARCAS

(<http://www.india-briefing.com/news/reformsindiagovernment-fdi-multi-brand-retail5616.html>

<http://www.india-briefing.com/news/retail-reformpolicy-approved-indian-parliaments-house5726.html/#more-5726>);

AVIAÇÃO

(<http://www.india-briefing.com/news/reforms-india-government-fdiaviation5626.html>);

SEGUROS

(<http://www.india-briefing.com/news/reforms-india-government-clears-fdiinsurancepension5638.html>).





04

Ambiente de Negócios

Ambiente de Negócios

A Índia continua a ocupar um modesto 134º lugar no ranking da edição 2014 do “Doing Business”, publicação anual do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios em 189 economias.

É a expressão do muito que está por fazer para tornar a Índia num destino mais atractivo para os investidores globais. Contudo, o enorme potencial de crescimento e políticas de longo-prazo que parecem apontar na direcção do desenvolvimento sustentável, configuram oportunidades futuras particularmente interessantes.

Mas analisemos a situação presente, de acordo com os critérios fixados pelo Banco Mundial. Para o efeito, consideramos uma empresa-tipo constituída em Mumbai, com um capital social de 100.000 Rúpias (1.200 €)

A CONSTITUIÇÃO DE UMA EMPRESA NA ÍNDIA

ENVOLVE 12 PROCEDIMENTOS QUE SE PROLONGAM

POR APROXIMADAMENTE 3 MESES, TENDO UM

CUSTO TOTAL LIGEIRAMENTE SUPERIOR A USD 100:

TABELA 18
PROCEDIMENTOS DE CONSTITUIÇÃO
DE UMA EMPRESA

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (EUR)
1	Obter o DIN (Director Identification Number) online	1	1,2€
2	Obter uma Assinatura Digital Online	1	31,2€
3	Reservar Designação Social junto da Conservatório Registo Comercial	2	11,8€
4	Pagar Imposto de Selo Online, Preencher formulários Online e Obter o Certificado de Constituição de Empresa	7	291,8€
5	Produzir Carimbo da Empresa	1	4,1€
6	Contactar um Agente Autorizado pela National Securities Depository Services Limited (NSDL) ou Unit Trust of India (UTI) para obtenção do Permanent Account Number (PAN).	7	1,1€
7	Obter, junto do Departamento Tributário de Mumbai - Assessing Office - um Número Identificação Fiscal para efeitos de impostos retidos na fonte (procedimento simultâneo com o procedimento 6)	-	0,6€
8	Proceder ao registo junto do Gabinete do Inspector da Mumbai Shops and Establishment Act (procedimento simultâneo com 6 e 7)	-	112,9€
9	Proceder ao registo online junto dos serviços IVA (7dias em simultâneo com o procedimentos 6, 7 e 8)	3	6,2€
10	Proceder ao registo online junto dos serviços do imposto profissional (em simultâneo com os procedimentos 6, 7, 8 e 9)	-	0,0€
11	Proceder ao registo do Fundo da Previdência (em simultâneo com os procedimentos 6, 7, 8, 9 e 10)	-	0,0€
12	Realizar um Seguro de Assistência Médica (em simultâneo com o procedimento 9)	-	0,0€
	Total	22	460,9€

Ambiente de Negócios

TABELA 19
PROCEDIMENTOS OBTENÇÃO
ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (EUR)
1	Apresentar candidatura, projecto e pagar emolumentos aplicáveis à avaliação	1	856,9€
2	Receber Inspeção do Building Proposal Office	1	0,0€
3	Obter Intimação de Não-Aprovação e pagar emolumentos	29	11756,0€
4	Apresentar projecto de estruturas preparado por um engenheiro credenciado	1	0,0€
5	Apresentar pedido de Emissão de Certificado de Não-Objecção junto da Tree Authority	1	0,0€
6	Receber Inspeção da Tree Authority	1	0,0€
7	Obter Certificado de Não-Objecção da Tree Authority	30	52,9€
8	Requisitar e Obter Certificado de Não-Objecção do Departamento de Águas	7	0,0€
9	Requisitar e Obter Certificado de Não-Objecção do Departamento de Saneamento	7	909,5€
10	Requisitar e Obter Certificado de Não-Objecção do Departamento de Electricidade	7	0,0€
11	Requisitar e Obter Certificado de Não-Objecção do Departamento do Ambiente	7	0,0€
12	Requisitar e Obter Certificado de Não-Objecção do Departamento de Trânsito	7	0,0€
13	Requisitar e Obter Certificado de Não-Objecção do Departamento de Coordenação dos Bombeiros	7	153,0€
14	Obter Certificado de Início de Obra e pagar Emolumentos aplicáveis	10	9836,5€
15	Requerer e receber inspeção às fundações e estruturas	1	0,0€
16	Apresentar carta de conclusão de obra e obter certificado de ocupação e certificado de conclusão	1	0,0€
17	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto da Tree Authority	3	0,0€

No que respeita à obtenção de alvarás de construção, o mesmo envolve 35 passos, que se prolongam por, aproximadamente, 9 meses, com um custo próximo dos 25.000 €, o que posiciona a Índia num dos últimos lugares da lista produzida anualmente pelo Banco Mundial, sendo um dos países do mundo em que este processo é mais complexo e moroso.

18	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto do Departamento de Água	3	0,0€
19	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto do Departamento de Saneamento	3	0,0€
20	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto do Departamento de Electricidade	3	0,0€
21	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto do Departamento de Ambiente	3	0,0€
22	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto do Departamento de Trânsito	3	0,0€
23	Requerer e Obter Certificado de Conclusão junto do Departamento de Coordenações dos Bombeiros	3	823,5€
24	Requerer e obter inspeção do Building Proposal Office	1	0,0€
25	Obter Certificado de Ocupação	1	0,0€
26	Obter Certificado de Conclusão	30	0,0€
27	Solicitar ligação à rede de abastecimento de água	1	0,0€
28	Solicitar ligação à rede de saneamento	1	0,0€
29	Solicitar ligação à rede telefónica	1	0,0€
30	Receber inspeção para ligação à rede de abastecimento de água	1	0,0€
31	Receber inspeção para ligação à rede de saneamento	1	0,0€
32	Receber inspeção para ligação à rede de telefónica	1	0,0€
33	Obter conexão permanente à rede de abastecimento de água	45	14,2€
34	Obter conexão permanente à rede de saneamento	30	588,2€
35	Obter conexão à linha telefónica	1	5,9€
Total		253	24996,7€

Ambiente de Negócios

TABELA 20
PROCEDIMENTOS PARA
LIGAÇÃO À REDE ELÉCTRICA

A ligação à rede de electricidade, por seu turno, envolve somente 7 procedimentos posicionando a Índia, novamente, na segunda metade da lista do Banco Mundial.

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (EUR)
1	Requerer ligação à rede junto da Brihan Mumbai Electricity Supply and Transport Undertaking (BEST) e aguardar inspecção	10	0,6€
2	Receber inspecção da BEST e aguardar estimativa	9	0,0€
3	Empreiteiro realizar obras de conexão à rede	10	94,1€
4	Apresentar à BEST relatório de ligação e estimativa do montante à BEST	1	529,4€
5	BEST inspecção ligação e instala contador	10	0,0€
6	BEST inspecciona e testa instalação	7	0,0€
7	Realizar depósito para o contador, receber conexão à rede	30	1556,4€
	Total	77	2180,6€

TABELA 21
REGISTO DE PROPRIEDADE

No que respeita aos procedimentos de registo de propriedade, a situação é ligeiramente mais animadora, posicionando a Índia no primeiro terço do índice, no que a este critério especificamente diz respeito.

OS DADOS APRESENTADOS TÊM POR BASE
UMA PROPRIEDADE COM UM VALOR DE € 47.500
E REGISTRADA EM MUMBAI.

	Procedimento	Duração (Dias)	Custo (EUR)
1	Confirmar a inexistência de ónus no Gabinete de Sub-Registo de Seguros	5	117,6€
2	Preparar a escritura definitiva junto de gabinete jurídico certificado (1% do valor da propriedade)	7	475,0€
3	Pagamento do Imposto de Selo aplicável à escritura definitiva junto de uma instituição bancária autorizada (5% valor propriedade)	1	2375,0€
4	Assinar a escritura definitiva e apresentar documentação junto do Gabinete do Sub-Registo de Seguros (1% do valor da propriedade + 20 rupias por página da escritura)	1	500,0€
5	Solicitar ao Land & Survey Office a mudança definitiva do título de propriedade	30	5,3€
	Total	40	3472,9€

Ambiente de Negócios

TABELA 22
ÍNDICE DE ALCANCE
DA INFORMAÇÃO DE CRÉDITO

A obtenção de crédito é avaliada de acordo com dois índices complementares, o índice de eficiência dos direitos legais e o índice de alcance da informação de crédito. Neste critério em particular, a Índia posiciona-se como uma das economias mais competitivas do mundo, evidenciando o elevado grau de sofisticação do sistema bancário.

	Índice de Alcance das Informação de Crédito (0-6)	Depart.	Registo	Pontuação
1	Dados de empresas e particulares são atribuídos?	Sim	Não	1
2	Quer os dados positivos bem como os negativos são distribuídos?	Sim	Não	1
3	O Registo Público disponibiliza informação de crédito de comerciantes, empresas de utilities bem como de outras instituições financeiras?	Sim	Não	0
4	Séries históricas com mais de 2 anos sobre informação de crédito são distribuídas?	Sim	Não	1
5	É disponibilizada informação sobre todos os empréstimos que representam mais de 1% do rendimento per capita?	Sim	Não	1
6	Os mutuários podem consultar os dados contidos no Registo Público e a si relativos?	Sim	Não	1
	Total			5

TABELA 23
**ÍNDICE DE EFICIÊNCIA
 DOS DIREITOS LEGAIS**

	Procedimento	Índia
1	Os credores garantidos são pagos em primeiro lugar (por exemplo, antes das notificações gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados) quando um devedor não cumpre o contrato não estando em processo de insolvência.	Não
2	Os credores garantidos são pagos em primeiro lugar (por exemplo: antes do avisos gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados) quando a empresa é liquidada.	Não
3	Os credores garantidos não estão sujeitos à suspensão automática ou moratória dos procedimentos de execução quando um devedor entra em um processo de reorganização societária supervisionando pelo tribunal ou a lei prevê fundamentos legais para se exceptuar de uma suspensão automática ou moratória (por exemplo, se os bens móveis estão em perigo) ou define um tempo-limite para a suspensão automática.	Sim
4	A lei permite que as partes acordem em um contrato de garantia que o mutuante possa exercer seu direito de garantia sem recorrer à justiça.	Sim
Pontuação Total		8 em 10

Ambiente de Negócios

TABELA 24
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA
DE PROTECÇÃO AO INVESTIDOR

A protecção dos investidores é outro critério fundamental na caracterização do ambiente de negócios. O Banco Mundial desenvolveu um índice compósito de eficiência da protecção ao investidor que combina três índices distintos:

Índice de Transparência;

Índice de Responsabilidade dos Directores;

Índice de Facilidade de Processos por Accionista.

Neste critério, a Índia obtém, novamente, excelentes pontuações, posicionando entre as 35 economias mais competitivas do mundo.

O ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE PROTECÇÃO AO INVESTIDOR VARIA DE 0 A 10, COM VALORES MAIS ELEVADOS INDICANDO UMA PROTECÇÃO MAIOR AO INVESTIDOR.

	Procedimento	Índia
1	Índice de Transparência	7
2	Índice de Responsabilidade dos Directores	4
3	Índice de Facilidade de Processos-Accionistas	8
	Total	6,3

A situação é francamente mais negativa no que respeita à fiscalidade. A Índia apresenta indicadores muito pouco competitivos, não só na região, mas inclusivamente em termos globais, regressando aos últimos lugares (158 em 189 economias) do ranking publicado pelo Banco Mundial.

TABELA 25
PROCEDIMENTOS DE CUMPRIMENTO
DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Procedimento	Índia	Sul da Ásia (média)
1	Pagamentos (nº por ano)	33	33
2	Tempo Despendido com Pagamento Impostos (horas por ano)	243	328
3	Imposto sobre Lucros (%)	24,4	16,8
4	Contribuições e Impostos sobre o Trabalho (%)	20,7	9,0
5	Outros Impostos (%)	17,8	14,8
6	Carga fiscal total (% lucros)	62,8	40,6

Fonte: Doing Business 2014

Ambiente de Negócios

TABELA 26
QUADRO FISCAL: Nº PAGAMENTOS
E TEMPO DESPENDIDO

	Imposto ou Contribuição	Pagamentos (nº)	Tempo (Horas)	Taxa	Base Fiscal	Carga Fiscal Total (% Lucros)
1	IRCI	1	45	30%	Lucro Tributável	20,6
2	Segurança Social	12	93	13,61%	Salário Bruto	15,4
3	Imposto Central sobre Vendas	1	105	2%	Preço Aquisição	14,1
4	Contribuições Trabalhador para Seguro Público	12		4,75%	Salário Bruto	5,4
5	Imposto sobre Dividendos	1		16,2225%	Dividendos Distribuídos	3,7
6	Imposto de Propriedade	1		10%	Valor Avaliação	3,3
7	Imposto sobre Contratos de Seguro	1		12,36%	Prémio Seguro	0,2
8	Imposto Circulação (taxa de Poluidor)	1		2,35%	Valor Fixo por Velc.	0
9	IVA do Estado (Local)	1	online	12,5%	Valor Acrescentado	0
10	CENVAT (Impostos Especiais sobre Consumo)	1	online	12,36%	Valor Acrescentado	0
11	Taxa sobre Juros	0	retenção	10%	Rendimento Juros	0
12	Imposto sobre Combustíveis	1			Consumo Combust.	0
13	Sobretaxa sobre Rendimento	0	simultâneo	7,5%	Sobre Impostos Federais e Sobretaxa	0
14	Taxa para Educação	0	simultâneo	2%	Sobre Impostos Federais e Sobretaxa	0
15	Taxa para Educação Secundária e Superior	0	simultâneo	1%	Sobre Impostos Federais e Sobretaxa	0
	Total	33	243			62,7

TABELA 27
PROCEDIMENTOS DE EXPORTAÇÃO

Igualmente no que toca aos procedimentos comerciais a Índia tem de empreender reforma que facilitem a operação dos agentes económicos. Com efeito, quer os procedimentos de importação & exportação quer o seu custo correspondente embora coincidentes com a média regional, posicionam a economia Indiana nos últimos lugares do ranking do Banco Mundial.

	Natureza dos Procedimentos de Exportação	Duração (Dias)	Custo (€)
1	Preparação de Documentos	8	302,9€
2	Liberção Alfandegária e Controlo Técnico	2	94,9€
3	Procedimentos e Handling Portuários	3	164,2€
4	Transporte e Handling Inland	3	292,0€
Total		16	854,0€
<i>Bill of Lading, Certificado de Origem, Factura Comercial, Formulário de Controlo de Divisas, Relatório de Inspeção, Lista com Descrição Produtos, Declaração de Exportação Emitida pelas Autoridade Alfandegária, Certificado Standard Técnico, Recibos de Operações realizadas no Terminal Portuário</i>			<i>Documentos de Exportação</i>

TABELA 28
PROCEDIMENTOS DE IMPORTAÇÃO

	Natureza dos Procedimentos de Exportação	Duração (Dias)	Custo (€)
1	Preparação de Documentos	8	292,0€
2	Liberção Alfandegária e Controlo Técnico	4	50,0€
3	Procedimentos e Handling Portuários	5	120,0€
4	Transporte e Handling Inland	3	440,0€
Total		20	902,0€
<i>Declaração de Importação emitida por Autoridade Alfandegária, Bill of Lading, Ordem de Liberação de Carga, Certificado de Origem, Certificado Standard Técnico, Factura Comercial, Formulário de Controlo de Divisas, Relatório de Inspeção, Lista com Descrição Produtos, Manual de Instruções do Produto, Recibos de Operações realizadas no Terminal Portuário</i>			<i>Documentos de Exportação</i>

Ambiente de Negócios

TABELA 29
DURAÇÃO DE PROCESSOS
DE RESOLUÇÃO DE CONTRATOS

Finalmente, o sistema de justiça é uma das dimensões fundamentais para a construção de um ambiente de negócios favorável à iniciativa privada. E neste aspecto, muito ainda está por fazer na Índia que se posiciona nos últimos lugares do ranking anualmente elaborado pelo Banco Mundial, através da sua publicação Doing Business (186º lugar em 189 economias analisadas).

Com efeito, o indicador relativo à resolução de contratos é utilizado como espelho do funcionamento do sistema de justiça e, neste particular, os resultados de Timor são francamente negativos, evidenciando uma justiça morosa e dispendiosa.

	Tempo	Dias
1	Apresentação de Processo e Tramitação	20
2	Julgamento	1095
3	Aplicação da Sentença	305
	Total	1 420
	Custo	% da Dívida
4	Custo do Advogado (% da dívida)	30,6
5	Custas (% da dívida)	8,5
6	Custo de Aplicação Sentença (% da dívida)	0,5
	Total	39,6





05

BUSINESS INTELLIGENCE

Business Intelligence

A Índia tem uma forte tradição de planeamento central e local. O sistema de planeamento assenta em planos quinquenais, estando presentemente em execução o 12º Plano Quinquenal 2012-2017. Os diferentes Estados da Federação preparam os correspondentes planos quinquenais, existindo a preocupação de, a nível federal, serem definidas metodologias comuns e objectivos sinérgicos entre os diferentes territórios.

Sendo a Índia considerada uma das maiores (se não mesmo a maior) democracias do Mundo, estes exercícios de planeamento são, normalmente, participativos, com envolvimento das comunidades locais, através dos departamentos de planeamento local.

Através destes exercícios de planeamento, os diferentes Estados identificam políticas prioritárias que enquadram os correspondentes programas e projectos de investimento.

5.1 Delhi

O Governo da NCT Delhi tem procurado criar um ambiente de negócios favorável ao investidor privado, seja ele estrangeiro ou nacional, através da implementação de medidas de política bem definidas. O objectivo é criar condições favoráveis ao desenvolvimento industrial do Território.

De entre as políticas prosseguidas pelo Governo do Território, merece particular destaque a política para as tecnologias de informação (TI), orientada para a criação de condições favoráveis ao crescimento e desenvolvimento do sector de TI e infraestruturas de TI. A política de TI é conhecida como a política dos 6E: e-governance; equidade, educação, emprego, empreendedorismo e economia.

Os objectivos desta política são os seguintes:

Utilizar o e-governance enquanto ferramenta de um governança mais pro-activa e próxima do cidadão;

Recorrer ao poder das TI para atingir objectivos de erradicação da pobreza, melhoria dos serviços de saúde e empoderamento da mulher e de sectores mais frágeis da sociedade;

Encorajar a utilização de TI nas escolas, universidades e instituições de ensino, como forma de melhorar as competências e conhecimentos dos estudantes e a sua empregabilidade;

Utilizar as TI para a geração de emprego na cidade;

Facilitar a localização de software, por forma a que os benefícios das TI sejam acessíveis, não só a quem domina a língua inglesa, mas também aos falantes de Hindi, Urdu e Punjabi;

Libertar a energia empreendedora da cidade, promover o empreendedorismo, captar divisas e aumentar a contribuição das TI para o crescimento económico da cidade;

Apoiar a utilização eficiente das TI nas indústrias, colocando-as ao serviço da competitividade;

Acelerar o investimento e crescimento dos segmentos de hardware, software, internet, telecomunicações e e-commerce;

Utilizar as tecnologias de informação para desenvolver um sector turístico de classe mundial no território.

5.1 Delhi

Outro sector de investimento fortemente estimulado pelo Governo do Território é o dos transportes. Pretende-se contribuir para a disponibilização de meios de transporte não poluentes e eficientes através da implementação de um sistema de transportes multimodal.

A política desenhada pelo Governo visa transformar Delhi numa cidade limpa, dinâmica, gerida profissionalmente, orientada para a satisfação das necessidades dos cidadãos. Os objectivos desta política são os seguintes:

- / Reduzir o congestionamento das estradas;
- / Melhorar a qualidade do ar através do recurso a veículos pouco poluentes;
- / Melhorar a segurança rodoviária;
- / Aumentar o transporte de massa, através de significativos investimentos em infraestruturas e na melhoria do quadro institucional;
- / Disponibilizar meios de transporte adequados, acessíveis e pouco dispendiosos, tais como autocarros, mini-buses, veículos eléctricos, etc.





5.2 Mumbai

O desenvolvimento industrial constitui uma prioridade para o Governo Estadual, o qual formulou uma política específica que visa o crescimento sustentável do sector através de iniciativas inovadoras em sectores-chave de elevado potencial. Os objectivos desta política são os seguintes:

- Criar um clima favorável ao investimento industrial no Estado;
- Aumentar a competitividade global das unidades industriais localizadas no Estado;
- Atingir níveis mais elevados e sustentáveis de crescimento económico promovendo, simultaneamente, maior equidade territorial;
- Gerar oportunidade de emprego;
- Encorajar o investimento público e privado no desenvolvimento de infra-estruturas e indústrias.

Tendo em vista a obtenção destes objectivos globais, o Governo do Estado de Maharashtra desenhou um conjunto de estratégias:

Identificação de sectores dinamizadores e impulsionadores do desenvolvimento industrial no Estado;

Construção de infra-estruturas de qualidade;

Incentivar o investimento gerador de emprego em distritos com baixos níveis de desenvolvimento humano;

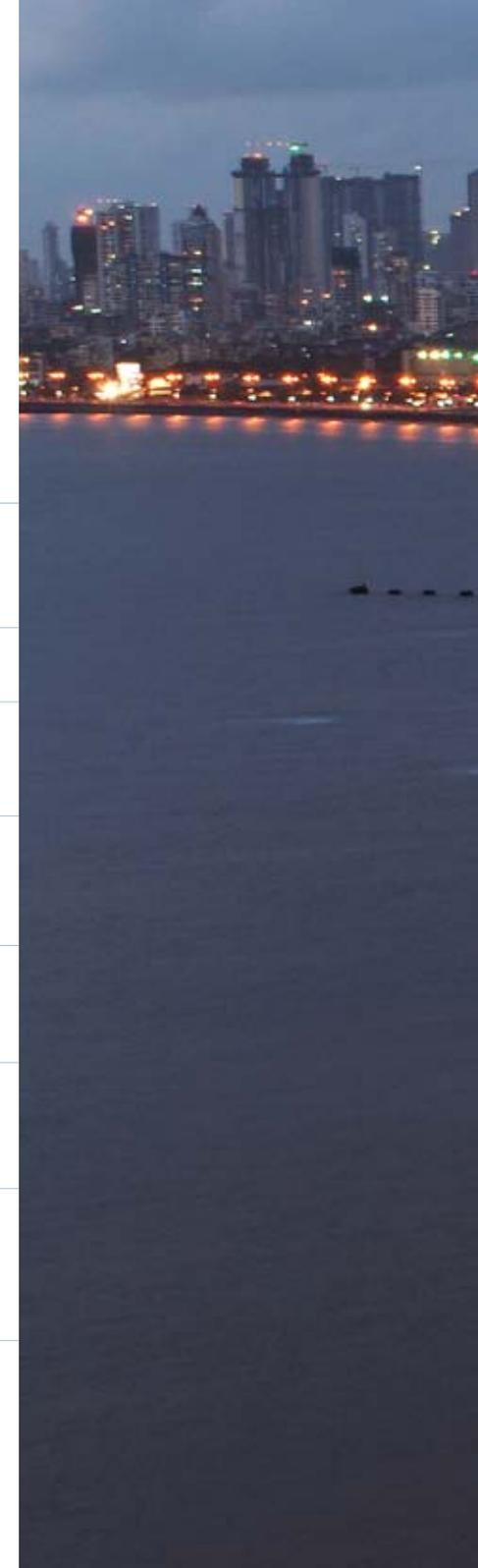
Atrair mega-investimentos industriais para a região, de capital estrangeiro e nacional;

Promover a exploração comercial de recursos locais e do potencial económico também ele local;

Reforçar o segmento das PME's através da promoção da competitividade, I&D e desenvolvimento tecnológico;

Tornar mais eficientes procedimentos burocráticos que favoreçam a criação de uma ambiente favorável ao investimento industrial;

Fortalecer institucionalmente as instituições ligadas à promoção do desenvolvimento industrial.





5.2 Mumbai

Outro sector fortemente apoiado pelas autoridades Estaduais é a Biotecnologia. As autoridades Estaduais definiram uma política que envolve a construção de parques de biotecnologia e o desenvolvimento de uma base de I&D destinada a alimentar as necessidades do sector. Os objectivos desta política são os seguintes:

- / Desenvolver culturas resistentes a pragas e adaptadas às condições edafo-climáticas prevalentes do Estado;
- / Produzir medicamentos e dispositivos médicos acessíveis à generalidade da população;
- / Desenvolver tecnologias baratas e eficientes de purificação de água e tratamento de efluentes industriais e resíduos urbanos;
- / Melhorar o efectivo pecuário, aumentando os rendimentos gerados nas áreas rurais;
- / Melhorar o stock de recursos haliêuticas, aumentando a produtividade da actividade piscatória;
- / Incrementar o valor e utilidade das plantas medicinais e dos sistemas de medicina tradicional, desenvolvendo novos produtos com potencial global;
- / Desenvolver e promover a utilização de vacinas animais;
- / Aumentar o processamento e disponibilização de rações e forragens.

Adicionalmente, a Política de Tecnologia de Informação visa transformar o Estado num destino privilegiado de investimento neste domínio. O Governo do Estado de Maharashtra pretende atingir este objectivo canalizando incentivos para a implantação de investimentos envolvendo a criação de emprego em larga escala, potenciando o crescimento da mão-de-obra altamente qualificada, aumento das exportações, a criação de um ambiente favorável ao investimento industrial, associando os governos locais, nomeadamente nas zonas urbanas, enquanto agentes dinamizadores de negócios no sector das tecnologias de informação. A política que está a ser implementada pretende atingir os seguintes objectivos:

- / Promover parques tecnológicos, públicos e privados;
- / Implementar soluções eficientes e competitivas de telecomunicação entre as unidades tecnológicas instaladas em todo o Estado;
- / Assegurar ligações rodoviárias de excelências entre os diferentes parques tecnológicos;
- / Facilitar a concessão de alvarás às entidades gestores de parques tecnológicos visando a ligação dos mesmos à rede de autoestradas;
- / Assegurar o fornecimento de energia eléctrica, em moldes eficientes e competitivos, aos parques tecnológicos, eliminando custos adicionais com geradores e soluções alternativas de abastecimento de energia eléctrica;
- / Negociar tarifas preferenciais de energia para as unidades instaladas nos parques tecnológicos.

PARA ALÉM DA SUA ZONA DE INFLUÊNCIA DIRECTA,
O CDIDM ENVOLVE, IGUALMENTE, LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS
E FERROVIÁRIAS AO HINTERLAND E DIVERSOS PORTOS
DA COSTA OESTE.

5.3 O Corredor de Desenvolvimento Industrial Delhi - Mumbai

O Corredor de Desenvolvimento Industrial Delhi - Mumbai (CDIDM) é, talvez, o mais ambicioso projecto infra-estrutural da história da Índia, estando estimado em valores próximos dos 90 biliões de USD.

Através deste investimento o Governo Indiano irá criar um Corredor de Transporte Dedicado (CTD, em inglês DFC) entre ambas as cidades, cobrindo uma distância total de 1.483 Km, cruzando os Estados de Uta Pradesh, NCT Delhi, Haryana, Rajashtan, Gujarat e Maharastra, com terminais em Dadri (Delhi) e no Porto de Jawaharlal Nehru, perto de Mumbai. Este CTD oferecerá ligação de alta-velocidade a vagões de transporte de 25 toneladas, com locomotivas de elevada tracção. O troço Delhi - Mumbai da Autoestrada Nacional do Quadrilátero Dourado desenvolve-se paralelamente ao CDT.

A visão por detrás deste extraordinário investimento é a criação de uma sólida base económica, alicerçada num ambiente de negócios de elevada competitividade e infraestruturas de ponta, susceptíveis de dinamizar a economia da região, atrair investimento estrangeiro estruturante e promover o desenvolvimento sustentável.

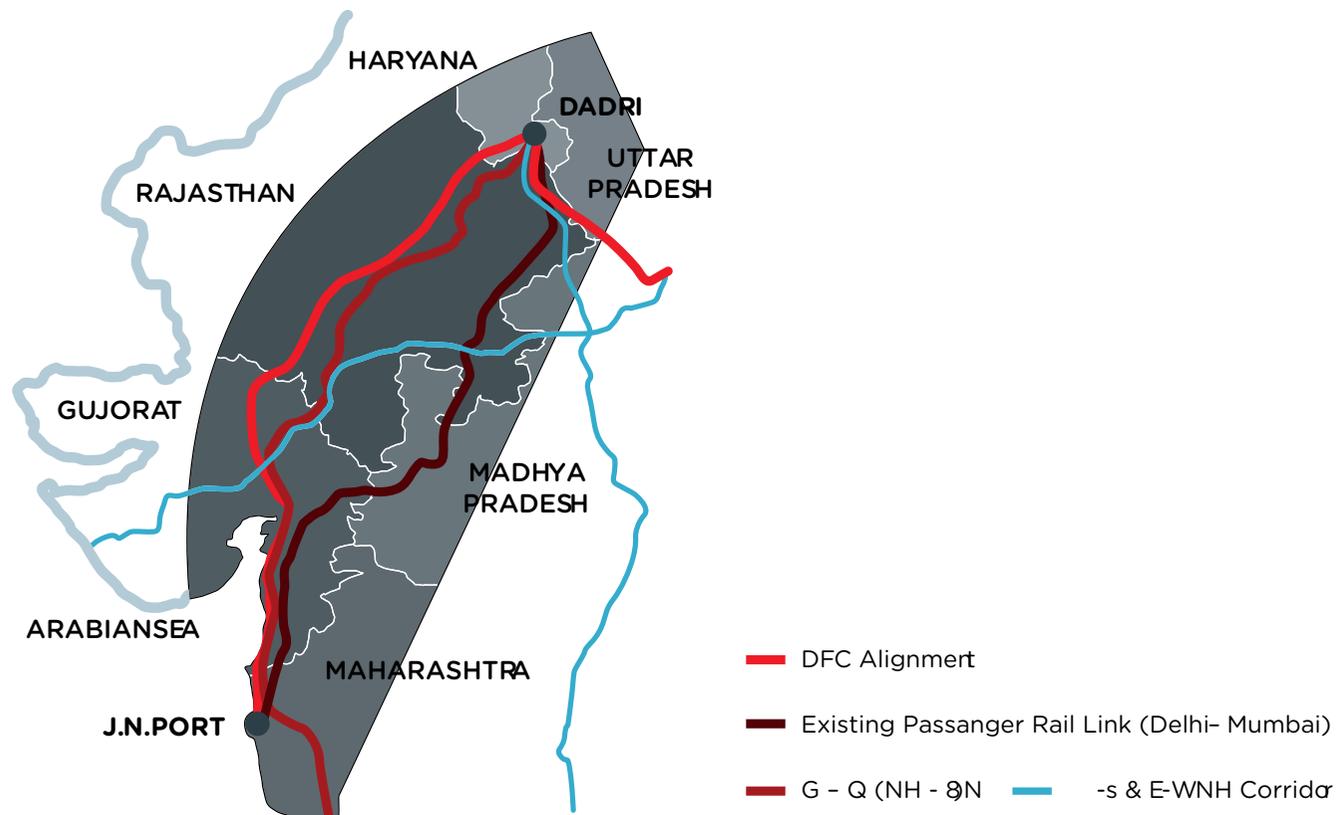
O projecto envolve uma vasta zona de influência. O Corredor de Desenvolvimento Industrial Delhi - Mumbai ocupa uma banda de 150-200 km dos dois lado do CTD cruzando sete Estados da Índia.

O CDIDM baseia-se numa abordagem integrada, sustentada em pólos de elevado impacto, orientados para o mercado, nos quais se inserem Regiões de investimento (RIs) e Áreas Industriais (AIs) consideradas localizações estratégicas dotadas regimes de investimento transparentes e competitivos.

Estas regiões deverão afirma-se como zonas industriais sustentáveis, suportadas em infraestruturas de topo, ligações rodo e ferroviárias que assegurem o transporte competitivo de mercadorias de e para portos e plataformas logísticas, ligações aéreas domésticas e internacionais, abastecimento regular e competitivo de energia, bem como em outras infraestruturas sociais de elevada qualidade.

Uma Região de Investimento deverá cobrir uma área mínima de 200 Km² (20.000 ha), ao passo que uma Área Industrial deverá cobrir uma área mínima de 100 km² (10.000 ha). Estão já identificados 24 pólos especiais de investimento - 11 Regiões de Investimento e 12 Áreas Industriais - cobrindo seis Estados.

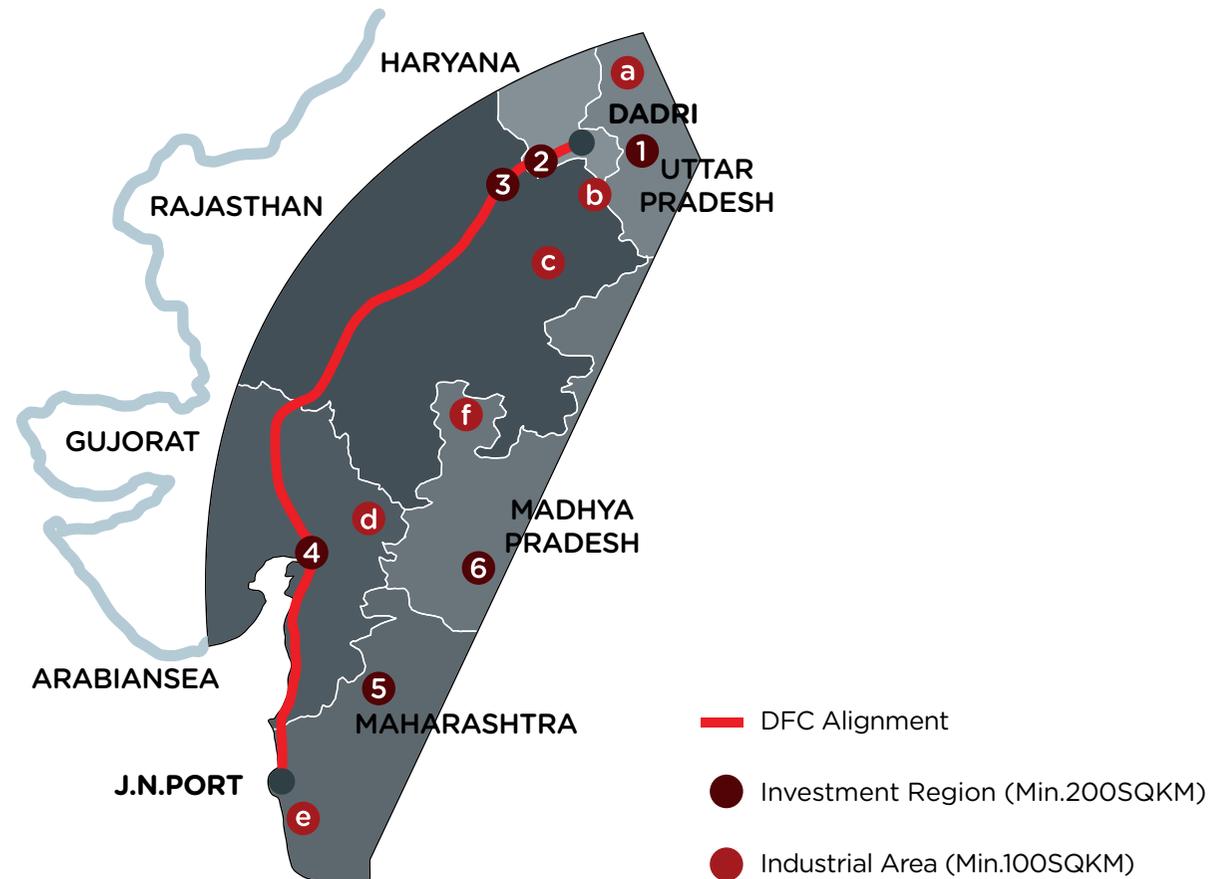
7 Regiões de Investimento e 6 Áreas Industriais deverão ser implementadas na primeira fase (em curso actualmente), devendo as restantes ser implementadas ao longo dos próximos 4 anos.



5.3 O Corredor de Desenvolvimento Industrial Delhi - Mumbai

REGIÕES DE INVESTIMENTO:

1. Região de Investimento de Dadri-Noida-Ghaziabad em Uttar Pradesh, orientada para o sector industrial em geral.
2. Região de Investimento de Manesar-Bawal em Haryana orientada para o sector automóvel e de componentes para o sector automóvel.
3. Região de Investimento de Khushkhera-Bhiwadi-Neemrana em Rajasthan, orientada o sector industrial em geral, sector automóvel e de componentes para o sector automóvel;
4. Região de Investimento de Pitampur-Dhar-Mhow em Madhya Pradesh orientada para o sector industrial em geral;
5. Região de Investimento de Bharuch-Dahej em Gujarat orientada para o sector petroquímico.
6. Região de Investimento de Gatpuri-Nashik-Sinnar Investment em Maharashtra orientada para o sector industrial em geral.
7. Região de Investimento de Ahmadabad - Dholera em Gujarat na qual será criado um mega parque industrial.





ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL:

/ Área de Desenvolvimento Industrial de Meerut-Muzaffarnagar em UttarPradesh, orientada para a engenharia e indústria.

/ Área de Desenvolvimento Industrial de Faridabad-Palwal em Haryana, orientada para a engenharia e indústria.

/ Área Industrial de Jaipur-Dausa em Rajasthan, orientada para o mármore, couro e têxtil.

/ Área Industrial de Nimach-Nayagaon em Madhya Pradesh, orientada para a engenharia e agro-indústria.

/ Área Industrial de Vadodara-Ankleshwar em Gujarat, orientada para a indústria;

/ Área Industrial do Porto de Greenfield em Dighi, Maharashtra.

/ O CDIDM fixo objetivos de médio-prazo ambiciosos e que pressupõem uma plena alteração estrutural na região:

/ Duplica o emprego em 7 anos;

/ Triplicar a produção industrial em 9 anos;

/ Quadruplicar as exportações originárias da região em 8-9 anos.

5.4 Goa

O Governo de Goa tem vindo a implementar um conjunto de políticas que visam captar investimentos de grande dimensão. Estas políticas visam uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis em Goa, a geração de oportunidades de emprego e a aceleração do processo de industrialização da economia. Pretende-se criar um ambiente de negócios favorável, num país que continua a ser agressivo face ao investidor privado.

A política industrial é uma prioridade para o Governo de Goa. A mesma visa a criação de postos de trabalho sustentáveis, através de um conjunto de acções concretas:

- / Promover a criação de Pólos de Desenvolvimento Industrial;
- / Disponibilizar às unidades industriais acesso a infra-estruturas de apoio à actividade económica de elevada qualidade;
- / Promover a localização de indústrias que recorram a matérias-primas disponíveis localmente e orientadas para segmentos de consumo relevantes em Goa e Estados vizinhos;
- / Transformar Goa num entreposto de actividades de Import-Export, encorajando, portanto, indústrias orientadas para a exportação;
- / Promover oportunidades de auto-emprego orientadas para os jovens de Goa, particularmente para os oriundos de zonas rurais ou semi-urbanas;

- / Encorajar a localização de indústrias de base agrícola, como forma de dinamizar a economia rural;
- / Encorajar o desenvolvimento do artesanato enquanto actividade intensiva em mão-de-obra local;
- / Criar uma clima favorável ao crescimento e promoção de indústrias de pequena e média dimensão;
- / Acelerar o processo de automatização e actualização tecnológica de indústrias existentes bem como de novas indústrias, reduzindo, por essa via, o recurso a mão-de-obra migrante;
- / Criar centros de desenvolvimento de clusters em áreas rurais, em torno dos quais se desenvolvam e prosperem as profissões tradicionais;
- / Encorajar o desenvolvimento de indústrias que reciclem resíduos industriais;

- / Fomentar a participação de mulheres empreendedoras no desenvolvimento industrial do Estado;
- / Promover o crescimento económico equitativo, reduzindo disparidades económicas e sociais de base regional;
- / Estimular as indústrias amigas do ambiente e promover o uso racional dos recursos disponíveis;
- / Facilitar a recuperação de unidades industriais em situação económica difícil, através de esquemas de assistência específica;
- / Fomentar actividades de I&D que viabilizem o acesso das indústrias a tecnologia apropriada.

5.4 Goa

Tal como em Delhi e Mumbai, as tecnologias de informação constituem também uma prioridade para Goa, na exacta medida em que o Estado oferece condições particularmente favoráveis à operação de empresas de hardware, software e de telecomunicação. Com efeito, Goa dispõe de uma base infra-estrutural de elevada qualidade e particularmente adaptada às exigências do sector. A política de tecnologias de informação desenvolvida pelo Governo Estadual visa:

Criar oportunidades de emprego, através da diversificação da economia Estadual;

Melhorar os níveis de bem-estar da população através de um acesso facilitado à informação;

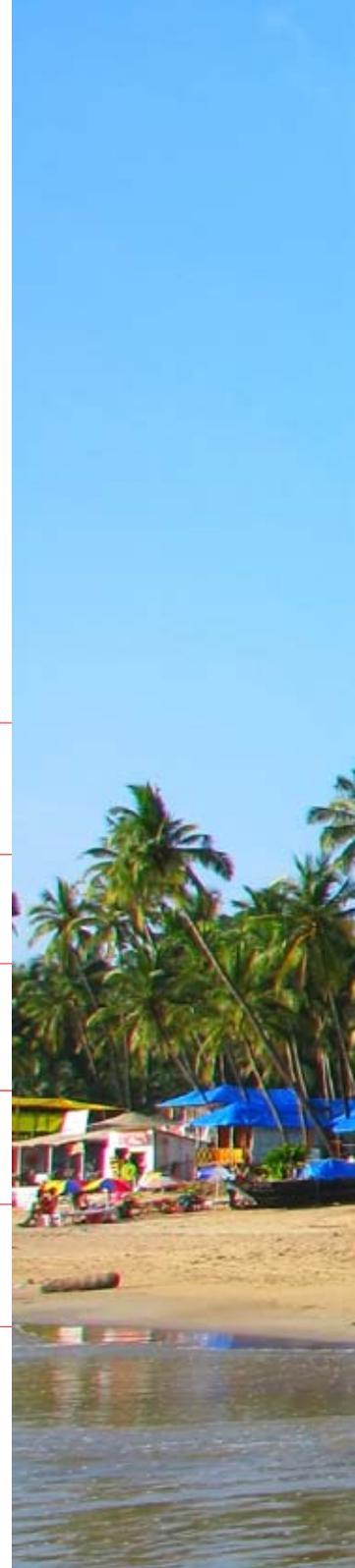
Reestruturar as relações entre Estado e cidadão, melhor a eficiência da governância;

Promover a educação tecnológica nas escolas, universidades e outros estabelecimentos de ensino;

Aumentar a penetração dos computadores pessoas na sociedade;

Facilitar a entrada de players da indústria na economia Estadual;

Declarar o Parque Tecnológico de Goa uma Zona Económica Especial, promovendo condições mais favoráveis ao desenvolvimento deste segmento.







06

PARCERIA PARA ÁFRICA

Parceria para África

Índia, economia emergente, encara a parceria com África como estratégica no contexto do seu processo de afirmação como potência global, seguindo os passos de China, Brasil e Rússia.

A Índia tem vindo a desenvolver, no seu relacionamento com África, um conceito estratégico assente numa parceria de longo-prazo que se pretende afirmar como alternativa ao modelo Chinês que denota crescentes sinais de fadiga. É neste sentido, aliás, que o Governo Indiano tem vindo a realizar cada três anos cimeiras Indo-Africanas de alto nível (a primeira em 2008, a segunda em 2011, estando a terceira programada para 2014) com o intuito de construir fundamentos políticos sólidos, na base de um entendimento continental, especializado por negociações bilaterais Estado a Estado.

A agenda de cooperação Índia-África tem vindo a ser construída em torno de 8 áreas de interesse comum:

Cooperação Económica, com destaque para:

Agricultura,
Comércio, Indústria e Investimento;
Pequenas e Médias Empresas;
Sector Financeiro;
Integração Regional.

Cooperação Política, com destaque para as questões da paz e segurança, sociedade civil e governância;

Cooperação no domínio da ciência, tecnologia e investigação e desenvolvimento, com particular para as tecno-

Cooperação no domínio do desenvolvimento social e capacitação;

Cooperação no domínio da saúde, cultura e desporto;

Cooperação no domínio do turismo;

Cooperação no domínio das infraestruturas, energia e ambiente;

Cooperação no domínio da comunicação social.

De entre os países de língua oficial portuguesa, Angola e Moçambique são actores de relevo para a Índia. Moçambique por razões, desde logo, de proximidade geográfica e cultural, recebe uma forte influência da Índia, com uma presença económica solidamente enraizada no país. Em Angola, contudo, a cooperação ainda está nas suas etapas iniciais, olhando ambos os parceiros com interesse para o aprofundamento das relações económicas e políticas.

Mais do que uma ameaça, a presença Indiana no continente poderá constituir uma oportunidade para as empresas portuguesas. Na economia global, a parceria faz parte da equação do sucesso. Habitadas a um individualismo enraizado na nossa cultura empresarial, as empresas portuguesas tardaram a estabelecer redes de cooperação dentro e fora do país. A emergência de novos actores, localizados em regiões do mundo com elevadas acumulações de capital, configura uma oportunidade de expansão dos negócios em países em que as nossas empresas estão há muito implantadas.

Neste contexto, o relacionamento com parceiros indianos poderá ser uma oportunidade interessante para expandir operações em mercados de interesse comum e em que o nosso conhecimento possa ser uma mais valia. Haverá que procurar as parcerias que mais nos interessam e com elas estabelecer relações duradouras e baseadas em benefícios comuns.

6.1 Cooperação Económica

África e Índia estão empenhadas na expansão da cooperação económica, bem das relações comerciais e de investimento. Os fluxos entre a Índia e o Continente tem vindo a aumentar sustentavelmente, existindo, contudo, ainda espaço para medidas que criem um ambiente mais favorável aos negócios entre os dois pólos. Os países africanos têm vindo já a recorrer aos fluxos financeiros disponibilizados pela Índia tendo em vista o desenvolvimento de infra-estruturas e serviços, estando ambas as partes motivadas para o aumento destes fluxos num verdadeiro espírito de cooperação Sul-Sul. A Índia pretende afirmar-se como via alternativa ao financiamento do desenvolvimento em África, posicionando-se politicamente num patamar distinto da China e de organizações como o FMI e Banco Mundial.

6.1.1 Sector Agrícola

A Índia está empenhada em colaborar no aumento da produção agrícola no continente, contribuindo para a redução da percentagem de população afectada pela fome. Neste sentido, a Índia está a reforçar a cooperação científica e tecnológica visando o aumento da produtividade agrícola, conservação de solos e do ambiente, contribuindo para a elevação dos níveis de segurança alimentar e para a redução dos preços dos bens alimentares, tornando-os mais acessíveis a segmentos crescentes da população africana. A Índia desenvolveu um Programa Integrado de Desenvolvimento da Agricultura Africana que visa, simultaneamente, aumentar os níveis de segurança alimentar no continente e, por outro lado, desenvolver culturas comerciais de exportação que possam contribuir para satisfazer as exigências crescentes da Índia, cujo ritmo de crescimento da população tem vindo a pressionar os preços dos produtos alimentares.

6.1.2 Comércio, Indústria e Investimento

Os parceiros estão empenhados em aumentar as relações económicas e comerciais, tornando-as os alicerces do crescimento sustentável e do desenvolvimento económico em África e na Índia, a qual, por seu turno, está empenhada em acrescentar valor à produção continental. A Índia continuará a disponibilizar linhas de crédito que visam reforçar as infraestruturas de apoio à actividade económica em África, como forma de incrementar a capacidade exportadora á escala continental, aumentando os fluxos com países terceiros e o comércio intra-continental.

A Índia tem dado passos concretos, que muito transcendem as declarações de carácter político em torno da questão do incremento do comércio com África. A adopção unilateral por parte da Índia do Sistema Preferencial de Tarifas com os países menos desenvolvidos de África, é um passo concreto na direcção do incremento dos fluxos comerciais em condições vantajosas para os países africanos. Este sistema facilitou, em particular, o acesso de exportações africanas ao mercado indiano, diversificando a estrutura do comércio bilateral.

Ambas as partes estão fortemente comprometidas no aprofundamento deste mecanismo que poderá constituir uma oportunidade para empresas portuguesas instaladas em África poderem entrar, em condições preferenciais, num dos mercados mais dinâmicos do mundo.

A Índia tem vindo, igualmente, a trabalhar com os países africanos na capacitação do capital humano indispensável ao processo de industrialização e desenvolvimento do sector terciário. A parceria neste domínio está particularmente orientada para os jovens africanos que podem beneficiar de programas de formação subvencionados pela Índia e que visam a sua integração nas oportunidades crescentes que o desenvolvimento económico continental oferece.

O desenvolvimento das Câmaras de Comércio em África, o desenvolvimento do quadro legal das parcerias público-privadas e a operacionalização de acordos bilaterais de promoção e protecção de investimentos constituem prioridades da agenda de cooperação entre Índia e África.

6.1.3 Pequenas e Médias-Empresas

No quadro do processo de rápida industrialização que avança à escala continental, existe um reconhecimento crescente da importância das PME's enquanto veículo de geração de emprego e de desenvolvimento das capacidades locais. O apoio institucional ao desenvolvimento de PME's africanas é fortemente patrocinado pela Índia que financia a criação de centros de formação profissional e a sua ligação ao tecido empresarial local, desempenhando, neste particular, as Câmaras de Comércio um papel fundamental. África e Índia estão empenhadas no aprofundamento desta via de cooperação e na criação de incubadoras de negócios em todo o continente, sendo esta uma matéria que continuará no topo da agenda política.





6.1.4 Sector Financeiro

O incremento dos fluxos financeiros disponibilizados pela Índia tendo em vista o desenvolvimento das instituições africanas é um compromisso político que se manterá nos próximos anos, dentro de um espírito de cooperação Sul-Sul.

Para além das linhas de crédito orientados para o apoio ao desenvolvimento institucional, existem outras linhas de financiamento orientados para o desenvolvimento económico em África e para o aprofundamento do processo de integração regional. Estes investimentos tem vindo, crescentemente, a ser complementados por fluxos de investimento directo indiano em África, estando ambas as partes comprometidas em aumentar a eficácia destes movimentos e o seu impacto. Neste sentido, a Índia continuará a aumentar o volume das linhas de crédito e dos donativos destinados a projectos de interesse comum, com particular destaque para projectos orientados para o aprofundamento do processo de integração regional.

Neste sentido, ambas as partes estão empenhadas no reforço das relações entre os bancos comerciais de África e Índia, como forma de apoiar o fluxo crescente de capitais entre ambas as economias.

6.1.4 Sector Financeiro

O incremento dos fluxos financeiros disponibilizados pela Índia tendo em vista o desenvolvimento das instituições africanas é um compromisso político que se manterá nos próximos anos, dentro de um espírito de cooperação Sul-Sul.

Para além das linhas de crédito orientados para o apoio ao desenvolvimento institucional, existem outras linhas de financiamento orientados para o desenvolvimento económico em África e para o aprofundamento do processo de integração regional. Estes investimentos tem vindo, crescentemente, a ser complementados por fluxos de investimento directo indiano em África, estando ambas as partes comprometidas em aumentar a eficácia destes movimentos e o seu impacto. Neste sentido, a Índia continuará a aumentar o volume das linhas de crédito e dos donativos destinados a projectos de interesse comum, com particular destaque para projectos orientados para o aprofundamento do processo de integração regional.

Neste sentido, ambas as partes estão empenhadas no reforço das relações entre os bancos comerciais de África e Índia, como forma de apoiar o fluxo crescente de capitais entre ambas as economias.

6.1.5 Integração Regional

A Índia está fortemente empenhada na consolidação das Comunidades Económicas Regionais, enquanto vectores de promoção do comércio e investimento em África. Neste sentido, a Índia disponibiliza recursos para acções visando o reforço das capacidades e competências necessárias à implementação das agendas de integração económica regional.



6.2 Cooperação Política

A intensificação da cooperação e articulação política é outro dos pilares da cooperação Índia-África.

A manutenção da paz e segurança no continente, indispensável ao comércio e investimento, encontra-se no topo das prioridades políticas. A decisão de abrir uma representação da Organização da Unidade Africana (OUA) em Nova Delhi é resultado do reconhecimento da importância das relações entre ambos os parceiros.

Conforme já referimos, a manutenção da paz e segurança é prioridade na agenda de cooperação. Consultas regulares com a OUA no quadro das Nações Unidas e apoio à Força de Manutenção de Paz da OUA, através da cooperação técnico-militar fazem parte da agenda de Índia e África.

A governança e a promoção e protecção dos direitos humanos são outros vectores da cooperação políticas entre os parceiros que reconhecem, também, a importância do processo de descentralização e promoção dos governos locais como factores de promoção do desenvolvimento. Neste sentido, a Índia tem vindo a apoiar acções de cooperação no domínio parlamentar, eleitoral e da comunicação social, como forma de aprofundar o processo de democratização em África. A Índia tem vindo, também, a disponibilizar assistência técnica ao Tribunal Africano de Justiça e Direitos Humanos e a promover acções de intercâmbio entre as Ordens de Advogados.





6.3 Cooperação no Domínio da Ciência, Tecnologia e I&D

A Índia é uma potência global em domínios específicos da ciência e tecnologia, com particular destaque para as tecnologias de informação e comunicação. A Índia pretende ser o parceiro tecnológico, por excelência, do continente africano, alicerçando este desígnio na sua capacidade de desenvolver tecnologias apropriadas e sustentáveis a contextos em vias de desenvolvimento. A transferência de tecnologia e conhecimento em áreas de interesse comum é uma oportunidade única para a criação de uma sociedade do conhecimento em África.

A criação do Sistema Especial de Bolsas em Ciências Agrárias e o Sistema Especial de Bolsas em Ciência e Tecnologias são exemplos de acções desenvolvidas pela Índia no sentido do desenvolvimento do sistema de I&D em África. Por outro lado, a Índia é Lead Partner da Universidade Pan-Africana no segmento das ciências da vida e da terra.

A gestão de desastres naturais, combate à desertificação e apoio a instituições científicas são outras áreas de cooperação a aprofundar. O reforço das relações de cooperação entre instituições de investigação da Índia e África em áreas como HIV, Tuberculoso e Malária continuarão, também, a ser estimuladas.

A Índia é uma potência global no domínio das tecnologias de informação e comunicação. O desenvolvimento deste sector na Índia foi fortemente apoiado pelo Governo Federal, tendo investimento sido traduzido num contributo crescente das TICs para o PIB Nacional. Neste sentido, a Índia vai acelerar a sua cooperação com África neste domínio, facilitando a integração precoce da tecnologia no sistema de ensino, enquanto factor fundamental na erradicação da pobreza e promoção do crescimento económico.

6.4 Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social e Capacitação

A capacitação de recursos humanos é a chave para a tradução do dividendo demográfico em crescimento económico, sendo este um desafio que a Índia tem vindo a vencer e que África necessita de enfrentar nas próximas décadas, evitando que a pressão demográfica se transforme numa ameaça à paz e segurança.

O aumento das bolsas para estudantes africanos e o aumento da oferta formativa em área de elevada procura determinada pela economia são prioridades da cooperação indiana.

A Índia criou, nos últimos anos, 21 novas instituições de capacitação, em diversos setores, no continente africano, sendo um contributo importante para o desenvolvimento industrial e do sector terciário.

O projecto Pan-Africa E-Network é um bom exemplo da cooperação entre ambas as partes neste domínio. Através deste projecto visionário tem sido possível acrescentar capacidade e valor nas áreas críticas da saúde e educação em África. A expansão deste projecto é um dos principais objectivos da cooperação científica entre África e Índia que continuarão a aprofundar a partilha de experiências dos domínios da educação, saúde, água e saneamento, cultura e desporto, através de programas inovadores.

Por outro lado, a Índia continuará a aumentar o número de bolsas para estudantes universitários, com prioridade para as áreas da agricultura, ciência e tecnologia.





6.5 Cooperação do Domínio da Saúde, Cultura e Desporto

No domínio da saúde, as prioridades de cooperação centram-se no reforço da colaboração nas áreas do HIV, Tuberculose e Malária, com partilha de experiências e acções de capacitação, na disponibilização de serviços médicos básicos nas áreas rurais, no desenvolvimento da tele-medicina e aplicações de e-saúde, reforço das parcerias público-privadas nas áreas do procurement de produtos farmacêuticos, na implementação de fábricas de medicamentos em África e, finalmente, no combate a medicamentos contrafeitos.

Outras áreas de cooperação bilateral são os direitos de propriedade intelectual sobre fármacos e acesso a medicamentos, investigação e desenvolvimento no domínio da medicina tradicional africana e indiana, partilha de experiências em áreas de conhecimento especializado e sobre boas práticas nos domínios do desenvolvimento de sistemas de saúde e programas de saúde de base comunitária.

No domínio da cultura, a prioridade é promover a partilha de experiências no domínio das indústrias criativas e dos bens culturais, estando previstas acções de formação de formadores patrocinadas pela Índia no domínio da protecção de activos culturais.

A linha orientadora da cooperação no domínio do desporto é em tudo semelhante, com promoção da partilha de experiências no domínio das políticas desportivas e formação de formadores especializados.

6.6 Cooperação no Domínio do Turismo

A Índia dispõe de um sector turístico de enorme sofisticação e competitividade à escala global, podendo os agentes sectoriais em África beneficiar grandemente da partilha de experiências.

Por outro lado, a proximidade geográfica recomenda a melhoria da conectividade entre África e Índia, sendo um segmento de enorme prioridade para ambos os parceiros, na exacta medida em que poderá gerar importantes benefícios económicos e contribuir para uma melhor compreensão e cooperação entre ambas as culturas. Neste contexto, África e Índia estão empenhadas no reforço das parcerias sectoriais, especialmente a nível das agências de viagens, operadores hoteleiros, companhias aéreas e outros agentes relevantes, facilitando a harmonização de políticas e normas no sector turístico, como forma de desenvolver os fluxos entre ambos os continentes.

6.7 Cooperação no Domínio das Infraestruturas, Energia e Ambiente

Os investimentos nestes sectores são absolutamente indispensáveis à promoção do comércio e investimento, estando, portanto, ambos os parceiros empenhados no aumento dos volumes de investimento nestes sectores e na definição de uma agenda internacional que beneficie Índia e África. As energias renováveis constituirão um sector prioritário de cooperação, através de acções de capacitação e da promoção de práticas ambientais sustentáveis.

As linhas de crédito disponibilizadas pela Índia serão, assim, fundamentalmente canalizadas para projectos infra-estruturais com impacto sensível na promoção do desenvolvimento económico, comércio e investimento.

6.8 Cooperação no Domínio da Comunicação Social

A profundidade e diversidade das relações entre a Índia e África tem vindo a aumentar desde a primeira cimeira entre ambos os blocos organizada em 2008, tendo evoluído para uma parceria moderna e funcional.

Todavia, as opiniões públicas em África e na Índia desconhecem a evolução recente desta parceria, o que é, em primeira instância, consequência da ausência de canais de comunicação e partilha de experiência dos media de ambos os blocos.

Neste sentido, Índia e África estão empenhadas numa maior cooperação entre os operadores de comunicação social, com partilha de experiências entre editores, jornalistas e académicos, cabendo às Comunidades Económicas Regionais de África um papel dinamizador destas acções.





07

POTENCIALIDADES
DE EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES
DE PRODUTOS PORTUGUESES

7.1 Metodologia para Selecção dos Produtos

Ao longo deste capítulo iremos identificar os produtos exportados por Portugal com maior potencial de vendas no mercado Indiano.

Para o efeito, aplicámos uma metodologia de análise de competitividade das exportações portuguesas face à Índia, com base no cálculo do Índice da Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) das exportações portuguesas e do Índice de Desvantagem Comparativa Revelada (IDCR) das importações indianas. Recorremos a informação estatística da base de dados COMTRADE das Nações Unidas, relativa ao comércio externo entre Portugal e Índia, como do resto do mundo.

Foram adoptados três critérios para a selecção dos produtos portugueses com potencial de vendas na Índia:

Complementaridade económica entre Portugal e Índia, critério de base visando a identificar os produtos em que Portugal possui uma vantagem comparativa na exportação e os produtos em que a Índia detém uma desvantagem comparativa na importação;

Relevância dos produtos nas pautas de comércio de Portugal e da Índia, analisando os produtos com uma participação minimamente significativa, quer na pauta de exportação de Portugal, quer na pauta de importação da Índia;

Grau de penetração reduzido das exportações portuguesas no total das importações indianas dos produtos em causa, ou seja, uma quota de mercado de Portugal nas importações indianas relativamente baixa e, conseqüentemente, com margem para expansão de trocas comerciais.

A análise da complementaridade económica entre Portugal e Índia envolveu diversas etapas: o ponto de partida é o cálculo, para cada produto, da média anual simples das exportações portuguesas, das importações indianas, das exportações do resto do mundo e das importações do resto do mundo, ao longo do período analisado. Com base nestas informações, computaram-se dois indicadores de comércio exterior, baseados nas vantagens comparativas reveladas de Balassa (1965):

Índice de vantagem comparativa revelada (IVCR) das exportações portuguesas, que procura identificar os produtos portugueses mais exportados relativamente ao resto do mundo, e que assinalam uma maior especialização produtiva nesse produto. Colocado de outra forma, identifica os produtos portugueses que possuem vantagens comparativas na produção, onde Portugal consegue posicionar-se, por conseguinte, como grande exportador: um IVCR superior a 1 indica a existência de vantagem comparativa;

Índice de desvantagem comparativa revelada (IDCR) das importações indianas, que pretende identificar os produtos que a Índia importa relativamente mais do que o resto do mundo, indicando uma menor especialização produtiva nesse produto. Dito de outra forma, identifica os produtos indianos que possuem desvantagens comparativas na produção, levando a que a Índia seja um grande importador desse produto, em relação ao resto do mundo: um IDCR superior a 1 indica a existência de desvantagem comparativa.



7.1 Metodologia para Selecção dos Produtos

Seguidamente aplicou-se um conjunto sucessivo de critérios, que funcionaram como filtros, para seleccionar os produtos portugueses com maior potencial de aumento de exportações para a Índia:

Numa primeira etapa, realizou-se a intersecção do conjunto de produtos em que o IVCR é superior ou igual a um, com o conjunto de produtos em que o IDCR é superior ou igual a um.

O critério seguinte de selecção consistiu em excluir os produtos cujo valor médio exportado por Portugal no período em análise foi inferior ao valor médio importado pela Índia no mesmo produto, o que significaria a inexistência de capacidade de oferta para responder a demanda adicional.

Finalmente, a análise da relevância dos produtos nas pautas de comércio de Portugal e da Índia baseou-se na definição de um limite mínimo para o nível de importações indianas, tendo-se optado pelo limiar de USD 3.000.000 (consentâneo com o histórico da dimensão das importações globais (de tudo o mundo) realizadas pela Índia). Este último filtro permitiu chegar à selecção final de produtos, com potencial e expansão das vendas portuguesas para a Índia.

Para a construção da base empírica deste estudo, recorreremos à informação da base de dados COMTRADE. Os valores das exportações portuguesas e das importações indianas reflectem a média dos últimos quatro anos (2009-2012) de dados disponíveis nesta base de dados.

7.2 Perfil dos Produtos Seleccionados

A aplicação desta metodologia permitiu identificar 21 produtos com potencial de crescimento de vendas de Portugal para a Índia. Estes produtos distribuem-se por 10 secções (SH a 2 dígitos):

/ Animais vivos produtos animais - 1 Produto;

/ Produtos das indústrias químicas ou das indústrias similares - 6 Produtos;

/ Madeira e obras de madeira carvão de madeira Cortiça e obras de cortiça Artigos de palha, de esparto ou de outras matérias para entrançar Cartão e suas obras - 1 Produto;

/ Pastas de madeira ou de outras fibras celulósicas Relevante reciclados (desperdícios e sucata) de papel ou cartão papel e suas obras - 2 Produtos;

/ Têxteis e artigos têxteis - 4 Produtos;

/ Calçado, chapelaria, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas-assentos, chicotes, varas e suas partes penas preparadas e artigos feitos com os mesmos flores artificiais obras de cabelo - 1 Produto;

/ Metais básicos e artigos de metais comuns - 3 Produtos;

/ Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes Gravação ou de reprodução, Televisão Imagem e do Som gravação ou de reprodução, suas partes e acessórios de tais artigos - 1 Produto;

/ Armas e munições, suas partes e acessórios - 1 Produto;

/ Artigos manufacturados diversos - 1 Produto.

7.2 Perfil dos Produtos Seleccionados

TABELA 30
SECÇÕES COM POTENCIAL DE AUMENTO DE VENDAS, SUAS
IMPORTAÇÕES TOTAIS E ORIGINÁRIAS DE PORTUGAL

Secção	Nº Produtos	Exportação de Portugal	Importação da Índia Total	Importação da Índia com origem em Portugal	Soma Quota de Mercado (%)
1 Animais vivos produtos animais	1	6 367 956	5 035 351	49 325	0,98
6 Produtos das indústrias químicas ou das indústrias similares	6	276 326 489	149 572 412	6 119 755	21,48
9 Madeira e obras de madeira carvão de madeira Cortiça e obra de cortiça Artigos de palha, de esparto ou de outras matérias para entrançar Cartão e suas obras	1	33 242 188	3 140 679	1 776 539	1,95
10 Pastas de madeira ou de outras fibras celulósicas Relevante reciclados (desperdícios e sucata) de papel ou cartão papel e suas obras	2	1 137 643 278	270 406 201	569 949	3,07
11 Têxteis e artigos têxteis	4	94 321 226	72 751 929	331 099	1,16
12 Calçado, chapelaria, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas-assentos, chicotes, varas e suas partes penas preparadas e artigos feitos com os mesmos flores artificiais obras de cabelo	1	77 116 685	46 731 141	813	0,0017
15 Metais básicos e artigos de metais comuns	3	117 721 591	67 076 664	2 490	0,041
16 Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes Gravação ou de reprodução, Televisão Imagem e do Som gravação ou de reprodução, suas partes e acessórios de tais artigos	1	28 149 966	15 226 914	58 678	0,39
19 Armas e munições, suas partes e acessórios	1	11 205 599	7 580 189	0	0
20 Artigos manufacturados diversos	1	10 878 979	9 210 724	51 857	0,56
Total	21	1 792 973 956	646 732 202	8 960 504	

Os produtos das indústrias químicas ou das indústrias alimentares, conjuntamente com os têxteis representam metade dos produtos com potencial de crescimento de vendas. Destaque para o calçado, produto de exportação tradicional do país, que evidencia, igualmente, potencial de crescimento. Refinando um pouco mais a análise (SH a dois dígitos), encontramos os seguintes produtos:

TABELA 31
SECÇÕES A DOIS DÍGITOS
COM POTENCIAL
DE AUMENTO DE VENDAS,
SUAS IMPORTAÇÕES TOTAIS
E ORIGINÁRIAS DE PORTUGAL

Secção	Secção a 2 Dígitos	Nº Produtos	Exportação de Portugal	Importação da Índia Total	Importação da Índia com origem em Portugal	Soma Quota de Mercado (%)
1	Peixes, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos	1	6 367 956	5 035 351	49 325	0,98
6	Produtos químicos orgânicos	3	107 136 187	76 157 284	5 784 685	18,57
	Fertilizantes	1	10 696 864	9 091 794	166 470	1,83
	Albuminóides, amidos modificados, colas, enzimas	1	65 928 301	50 152 516	21 661	0,04
	Produtos diversos das indústrias químicas	1	92 565 138	14 170 819	146 939	1,04
9	Cortiça e obras de cortiça	1	33 242 188	3 140 679	1 776 539	56,57
10	Papel e cartão, obras de pasta, papel e cartão	2	1 137 643 278	270 406 201	569 949	2,681
11	Filamentos sintéticos	1	15 934 570	15 803 871	9 133	0,06
	Fibras sintéticas	1	40 533 967	30 022 257	290 820	0,97
	Artigos de vestuário, acessórios, não tricô ou crochê	1	4 396 333	3 500 419	29	0,0008
	Outros artigos têxteis confeccionados, conjuntos, vestuário usado etc	1	33 456 357	23 425 383	31 117	0,13
12	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, suas partes	1	77 116 685	46 731 141	813	0,0017
15	Ferro e aço	2	94 513 940	60 964 079	0	0,00
	Artigos de ferro ou aço	1	23 207 652	6 112 585	2 490	0,04
16	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, etc	1	28 149 966	15 226 914	58 678	0,39
19	Armas e munições, suas partes e acessórios	1	11 205 599	7 580 189	0	0,00
20	Artigos diversos manufacturados	1	10 878 979	9 210 724	51 857	0,56
	Total	21	1 792 973 956	646 732 202	8 960 504	

7.2 Perfil dos Produtos Seleccionados

Temos, portanto, um conjunto de aproximadamente duas dezenas de produtos nacionais, com perfil competitivo de exportação, em que os valores transaccionados com a Índia não ultrapassaram, em média e nos últimos quatro anos, 9 milhões de USD. A Índia importa anualmente, em média, 650 milhões de USD, destes mesmos produtos. Portugal exporta anualmente, em média, aproximadamente o triplo do volume importado pela Índia.

Deste conjunto de produtos, somente dois (produtos químicos orgânicos e cortiça e obras de cortiça) registaram exportações superiores a um milhão de EUROS.

Os restantes produtos representam volumes de vendas despidiendos, denunciando transacções pontuais e desestruturadas, com importante espaço de progressão.

TABELA 32
SECÇÕES A SEIS DÍGITOS COM POTENCIAL DE AUMENTO DE VENDAS, SUAS IMPORTAÇÕES TOTAIS E ORIGINÁRIAS DE PORTUGAL

	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportação de Portugal	Importação da Índia Total	Importação da Índia com origem em Portugal	Soma Quota de Mercado (%)
1	Peixes, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos	Chocos, potas e lulas vivos / frescos / refrigerados	6 367 956	5 035 351	49 325	0,98
6	Produtos químicos orgânicos	Derivados apenas nitrados ou apenas nitrosados	18 669 417	12 434 742	19	0,00
		Anilina e seus sais	56 920 493	33 814 300	1 991 737	5,89
		Tetraciclinas e seus derivados	31 546 276	29 908 243	3 792 929	12,68
	Fertilizantes	Sais duplos e misturas de nitrato de cálcio e nitrato de amónio	10 696 864	9 091 794	166 470	1,83
6	Albuminóides, amidos modificados, colas, enzimas	Outras colas e outros adesivos preparados	65 928 301	50 152 516	21 661	0,04
		Produtos diversos das indústrias químicas	Outras essências e óleos de colofónia gomas fundidas	92 565 138	14 170 819	146 939
9	Cortiça e obras de cortiça	Desperdícios de cortiça, cortiça triturada, granulada ou pulverizada	33 242 188	3 140 679	1 776 539	56,57
10	Papel e cartão, obras de pasta, papel e cartão	Papel, fino, finos, 40 - 150 g/m2, Outros papéis / e cartões, sem fibras obtidas por processo mecânico ou em que não mais de 10% em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por essas fibras: - Pesando 40 g/m2 ou mais, mas não mais	1 122 798 410	256 822 349	217 195	0,085
		Papel, camada / impregnado com cera / estearina / glicerol, nes / Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de cera, parafina, estearina, óleo ou glicerol	14 844 868	13 583 852	352 754	2,597

A ANÁLISE A SEIS DÍGITOS EVIDENCIA O PLENO DETALHE
DOS PRODUTOS IDENTIFICADOS E CORRESPONDENTES
VOLUMES DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO.

	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportação de Portugal	Importação da Índia Total	Importação da Índia com origem em Portugal	Soma Quota de Mercado (%)
11	Filamentos sintéticos	Monofilamentos sintéticos, > 67 dtex, espessura < um milímetro / monofilamento	15 934 570	15 803 871	9 133	0,06
	Fibras sintéticas	Fibras sintéticas descont não cardadas acrílicas / modacrílicas	40 533 967	30 022 257	290 820	0,97
	Artigos de vestuário acessórios, não tricô ou crochê	Roupões e robes, p/H, de outras matérias têxteis	4 396 333	3 500 419	29	0,0008
	Outros artigos têxteis confeccionados, conjuntos, vestuário usado etc	Colchas não de malha	33 456 357	23 425 383	31 117	0,13
12	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, suas partes	Outro calçado c/ parte superior excepto couro e matérias têxteis	77 116 685	46 731 141	813	0,0017
15	Ferro e aço	Desperdícios, resíduos e sucata ferro/aço, estanhados	27 899 672	18 585 397	0	0,00
		Fio-máquina ferro/aço dentados, c/ nervuras, sulcos ou relevos	66 614 268	42 378 682	0	0,00
	Artigos de ferro ou aço	Banheiras, excepto de ferro fundido	23 207 652	6 112 585	2 490	0,04
16	Reactores, nucleares, caldeiras, máquinas, etc	Máquinas para brochar / encadernar / costurar cadernos	28 149 966	15 226 914	58 678	0,39
19	Armas e munições, suas partes e acessórios	Armas de guerra, excepto revólveres, espadas, etc / Armas de guerra, exceto revólveres, pistolas e armas de posição 93.07,	11 205 599	7 580 189	0	0,00
20	Artigos diversos manufacturados	Botões não plástico/metal comum botões cobertos de têxteis	10 878 979	9 210 724	51 857	0,56
	Total		1 792 973 956	646 732 202	8 960 540	

7.3 Análise da Concorrência Geográfica

Partindo desta lista de 21 produtos que evidenciam potencial de aumento de vendas no mercado indiano, procedemos à análise, individualizada, da concorrência geográfica que os produtos portugueses enfrentam. Esta informação permitirá aos empresários, conhecedores da concorrência nos seus segmentos, identificarem tendências em matéria de preço.

TABELA 33
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA
EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 1

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportador 1º	Exportador 2º	Exportador 3º	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
1	Peixes, crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos	Chocos, potas e lulas vivos/frescos/refrigerados	Lémen	Omã	Bahreim	1 181 025	1 179 044	1 149 594

Temos, portanto, exportadores regionais, com volumes de vendas da ordem do milhão de USD, com exportações portuguesas que representam menos de 50.000 USD por ano.

TABELA 34
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS
SELECCIONADOS DA SECÇÃO DOS PRODUTOS
QUÍMICOS ORGÂNICOS

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
6	Produtos químicos orgânicos	Derivados apenas nitrados ou apenas nitrosados	Alemanha	China	EUA	5 963 729	3 470 524	2 183 840
		Anilina e seus sais	China	Bélgica	Reino Unido	8 531 122	8 422 604	8 157 621
		Tetraciclina e seus derivados	China	Itália	Portugal	19 507 395	4 906 808	3 792 929

Destaque para os antibióticos (tetraciclina) em que Portugal é o terceiro maior exportador e com potencial de crescimento no mercado. A anilina, com volume de importação nacional da ordem dos 2 milhões de USD tem também potencial de crescimento no mercado, em particular se tomarmos em linha de conta que os 2º e 3º maiores exportadores são europeus, com preços próximos dos praticados pela produção nacional.

TABELA 35
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS
SELECCIONADOS DA SECÇÃO DOS FERTILIZANTES

As exportações portuguesas mantêm-se em torno dos USD 160 000, existindo potencial para ganhar mercado à Bélgica, terceiro maior exportador para a Índia, com volumes (USD 750 000) compatíveis com a capacidade exportadora nacional.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportador 1º	Exportador 2º	Exportador 3º	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
6	Fertilizantes	Sais duplos e misturas de nitrato de cálcio e nitrato de amónio	Noruega	China	Bélgica	5 195 582	2 516 792	755 336

TABELA 36
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS
SELECCIONADOS DA SECÇÃO DOS ALBUMINÓIDES

Trata-se de uma secção com exportações nacionais de valores inexpressivos (aproximadamente 20 mil USD) e com volumes de importação que oscilam entre os 5 e 10 milhões de USD, compatíveis com a capacidade exportadora nacional.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportador 1º	Exportador 2º	Exportador 3º	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
6	Albuminóides, amidos modificados, colas, enzimas	Outras colas e outros adesivos preparados	China	EUA	Japão	11 072 936	7 802 034	4 882 233

As exportações portuguesas de outras essências e óleos de colofónia tem oscilado em torno dos USD 150 000, num mercado em que o terceiro maior exportador evidencia volumes transaccionados na ordem do 1 milhão de USD, correspondendo ao espaço de afirmação da produção nacional.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
6	Produtos diversos das indústrias químicas	Outras essências e óleos de colofónia gomas fundidas	China	Itália	França	5 107 687	4 356 041	1 152 424

Os desperdícios de cortiça e afins são produto tradicional de exportação nacional e, sem surpresa, Portugal é o principal exportador para o mercado indiano. Existe, contudo, potencial de crescimento, nomeadamente, através da transferência de importações originárias das Filipinas, correspondendo, certamente, a produto de inferior qualidade, eventualmente, com preços mais acessíveis. Mas existe, certamente, a possibilidade de expandir a penetração dos produtos nacionais neste segmento.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
9	Cortiça e obras de cortiça	Desperdícios de cortiça cortiça triturada, granulada ou pulverizada	Portugal	Filipinas	Espanha	1 776 539	541 631	152 493

TABELA 37

ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO DOS PRODUTOS DIVERSOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS

TABELA 38

ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 9

7.3 Análise da Concorrência Geográfica

TABELA 39

ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 10

A produção nacional de papel tem, historicamente, competitividade nos mercados internacionais.

Portugal exporta volumes relativamente modestos para a Índia, nomeadamente de papel fino, em que os principais importadores são nossos parceiros na UE. Existe, certamente, potencial de aumento das exportações nacionais, através de uma acção comercial concertada e sustentada em mecanismos de diplomacia económica.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportador 1º	Exportador 2º	Exportador 3º	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
10	Pastas de madeira ou de outras fibras celulósicas Relevantes; reciclados (desperdícios e sucata) de papel ou cartão; papel e suas obras	Papel, fino, finos, 40-150 g/m ² , Outros papéis / e cartões, sem fibras obtidas por processo mecânico ou em que não mais de 10% em peso, do conteúdo total de fibras seja constituído por essas fibras: - Pesanto 40g/m ² ou mais, mas não mais	Alemanha	Reino Unido	Suécia	49 347 427	40 407 963	39 497 761
		Papel, camada / impregnado com cera / estearina / glicerol, nes / Papel e cartão revestidos, impregnados ou recobertos de cera, parafina, estearina, óleo ou gli-	Rep. da Coreia	EUA	China	4 554 581	3 876 720	1 275 386

Os têxteis são outro produto de exportação tradicional em que Portugal dispõe de espaço de crescimento no mercado Indiano. Atente-se na presença das exportações originárias da Alemanha na secção das fibras sintéticas, indicando uma pauta aduaneira favorável à penetração de produtos originários da UE. Existe, portanto, um espaço de crescimento de vendas que merece ser analisado no terreno, em conjugação com a diplomacia económica.

TABELA 40
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA
EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 11

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
11	Filamentos sintéticos	Monofilamentos sintéticos, > 67 dtex, espessura <um milímetro / monofilamento	China	Alemanha	EUA	5 298 442	3 483 923	2 197 177
	Fibras sintética	Fibras sintéticas descont não cardadas acrílicas/modarílicas	Tailândia	Japão	Alemanha	11 041 775	7 208 315	5 961 408
	Artigos de vestuário, acessórios, não tricô ou croché	Roupões e robes, p/H, de outras matérias têxteis	Bangladesh	Sri Lanka	Alemanha	4 391 022	111 984	97 774
	Outros artigos têxteis confeccionados, conjuntos, vestuário usado etc	Colchas não de malha	China	Emirados Árabes Unidos	Singapura	19 797 120	984 654	540 344

7.3 Análise da Concorrência Geográfica

Sem surpresa, a China domina o mercado do calçado na Índia. Todavia, o crescimento das vendas de calçado Português na Índia terá de passar pelo segmento alto, em que a concorrência Chinesa é inexistente. Este segmento continuará em franco crescimento nas próximas décadas na Índia e o sector tem oportunidades interessantes no vasto mercado do sub-continente. A aposta no design e na marca são, nesta matéria, indispensáveis ao sucesso de uma estratégia de expansão da presença do calçado Português na Índia.

TABELA 41

ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 12

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
12	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, suas partes	Outro calçado c/ parte superior excepto couro e matérias têxteis	China	Vietnam	Hong Kong	39 455 579	1 993 461	850 165

Nesta secção as exportações portuguesas são inexistentes. Atentemos no fio-máquina ferro / aço cujas importações indianas são todas maioritariamente originárias de países europeus, evidenciando abertura da pauta aduaneira para produtos originários de Portugal. Como é evidente, todas estas oportunidades carecem de trabalho comercial no terreno, suportado pela diplomacia económica que se impõe.

TABELA 42
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA
EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 15

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
15	Ferro e Aço	Desperdícios, resíduos e sucata ferro/aço, estanhados	EUA	África do Sul	Emirados Árabes Unidos	4 592 255	2 965 868	2 011 884
		Fio-máquina ferro/aço dentados, c/ nervuras, sulcos ou relevos	Ucrânia	Alemanha	Turquia	28 498 778	4 857 037	2 538 416
	Artigos de ferro ou aço	Banheiras, excepto de ferro fundido	China	Alemanha	Itália	2 424 445	1 489 066	814 766

7.3 Análise da Concorrência Geográfica

Segmento particularmente específico, as máquinas para encadernar, costurar cadernos são paradigmáticas da evolução desejável do padrão das exportações portuguesas. Máquinas e equipamentos, com incorporação de valor acrescentado nacional, orientadas para a produção local de bens que beneficiam de custos de mão-de-obra inacessíveis às empresas portuguesas. De salientar que, embora num volume modesto, empresas Portuguesas têm mantido um fluxo de exportação para a Índia que poderá ser alargado.

TABELA 43
ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA
EM PRODUTOS SELECIONADOS DA SECÇÃO 16

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	1º Exportador	2º Exportador	3º Exportador	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
16	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, etc	Máquinas para brochar/encadernar/costurar cadernos	Alemanha	Japão	EUA	5 563 315	2 620 019	1 358 442

Segmento particular, dominado em regime de monopólio por um país fornecedor, as reais possibilidades de penetração da produção nacional dependem, em primeira instância, da acção da diplomacia económica.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportador 1º	Exportador 2º	Exportador 3º	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
19	Armas e munições, suas partes e acessórios	Armas de guerra, excepto revólveres, espadas, etc / Armas de guerra, exceto revólveres, pistolas e armas da posição 93.07.	França	-	-	7 580 189	-	-

Finalmente, os botões cobertos de têxteis constituem um segmento em que empresas Portuguesas têm estado presentes com importações modestas (na ordem dos 50 mil USD) mas com potencial de crescimento, nomeadamente em concorrência directa com o nosso parceiro na UE, Itália, que mantém volumes de vendas mais significativos.

Secção	Secção a 2 Dígitos	Secção a 6 Dígitos	Exportador 1º	Exportador 2º	Exportador 3º	Volume Importação 1º Exportador	Volume Importação 2º Exportador	Volume Importação 3º Exportador
20	Artigos diversos manufacturados	Botões não plástico/metal comum botões cobertos de têxteis	Hong Kong	China	Itália	4 135 961	3 038 319	391 719

TABELA 44

ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS SELECCIONADOS DA SECÇÃO 19

TABELA 45

ANÁLISE DA CONCORRÊNCIA GEOGRÁFICA EM PRODUTOS SELECCIONADOS DA SECÇÃO 20



"Estudo desenvolvido ao abrigo do Projecto Conjunto QREN SI Qualificação e Internacionalização n.º 30.039"

